



MARCELINO DA COSTA RAMOS

**A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE UMA ESCOLA NO SUL
DE MINAS GERAIS: SENDAS PERCORRIDAS**

**LAVRAS-MG
2021**

MARCELINO DA COSTA RAMOS

**A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE UMA ESCOLA NO SUL DE MINAS GERAIS:
SENDAS PERCORRIDAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, área de concentração em Formação de Professores, para a obtenção do título de Mestre.

Orientador
Prof. Dr. Paulo Henrique Arcas

**LAVRAS-MG
2021**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a)

Ramos, Marcelino da Costa.

A construção identitária de uma escola no sul de Minas Gerais:
sendas percorridas. / Marcelino da Costa Ramos. - 2021.

95 p. : il.

Orientador(a): Paulo Henrique Arcas.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de
Lavras, 2021.

Bibliografia.

1. Construção de identidade. 2. História da Educação. 3. Projeto
político pedagógico. I. Arcas, Paulo Henrique. II. Título.

MARCELINO DA COSTA RAMOS

**A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE UMA ESCOLA NO SUL DE MINAS GERAIS:
SENDAS PERCORRIDAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, área de concentração em Formação de Professores, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 29 de outubro de 2021



Prof. Dr. Paulo Henrique Arcas UFLA

Prof. Dr. Regilson Maciel Borges UFLA

Prof Dr. Nonato de Assis Miranda - USCS

LAVRAS-MG

2021

Aos meus pais, que com dedicação e empenho sempre me apoiaram na caminhada e me fizeram acreditar que o melhor caminho é nunca desistir!

À minha esposa Helenice e às minhas filhas Sophia e Sara, que nas horas mais turvas, iluminaram meu caminho com seus sorrisos!

Aos meus irmãos que pela confiança de sempre!

Aos professores e aos funcionários da Escola São Luiz Gonzaga, pela garra e dedicação!

Dedico

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Paulo Henrique Arcas, que no momento mais complicado da formação aceitou o desafio de continuar do meu lado na caminhada, orientando com calma e clareza tornando este momento possível.

Aos professores Dr. Regilson Maciel Borges (UFLA) e professor Dr. Nonato Assis Miranda (USCS), pelas valiosas contribuições!

Aos professores da Universidade Federal de Lavras, que durante suas disciplinas, mostraram que a pesquisa e o conhecimento são fundamentais para o desenvolvimento da humanidade!

A Deus pela vida, pela proteção e pelas possibilidades em todos os momentos!

“De toda verdade que não é acompanhada por um riso, pelo menos deveríamos dizer que é falsa”. (Friedrich Nietzsche)

RESUMO

A presente pesquisa, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal de Lavras, propõe estudar e analisar as sendas percorridas por uma escola estadual do sul de Minas Gerais, procurando analisar sua evolução como instituição de ensino e os problemas enfrentados nesse percurso para a construção de sua identidade. Para tanto, este estudo se apoia na análise da legislação educacional brasileira, vigente a partir de 1927, ano de criação da escola, aos dias atuais, em obra que traça a história dessa instituição escrita por um historiador local. Juntamente a essa investigação, procurou-se analisar o percurso histórico da educação no Brasil, por meio do trabalho realizado por Romanelli (1986), além de estudos sobre projeto político pedagógico (VEIGA, 2013; VASCONCELLOS, 2008). A pesquisa tem caráter qualitativo, com foco na análise documental (legislação e fonte secundária). No desenvolvimento do trabalho, analisou-se como a legislação educacional nacional norteou a política nacional e refletiu na política local, por meio das situações vivenciadas por essa escola, que se acredita não ser um caso isolado, mas que se repete em outras instituições, causando incertezas, como o cenário de fechamento dessa instituição e de outras. Esse cenário fez perceber que a criação de vínculos cada vez mais fortes pela comunidade escolar torna-se uma alternativa de resistência, mas esses vínculos só podem ser construídos por meio de um projeto político pedagógico constituído de maneira democrática e participativa, o que vem perdendo força na atualidade. Como produto deste mestrado, foi elaborado um trabalho de elaboração referente ao Projeto Político Pedagógico, que será entregue à instituição de ensino para que possam pensar suas ações e reforçar a construção de sua identidade.

Palavras-chave: Educação; Legislação; Identidade.

ABSTRACT

This research, developed in the Professional Master's Degree in Education at the Federal University of Lavras, proposes to study and analyze the paths taken by a state school in the south of Minas Gerais, seeking to analyze its evolution as a teaching institution and the problems faced along this path towards construction of its identity. Therefore, this study is based on the analysis of Brazilian educational legislation, in force from 1927, the year the school was created, to the present day, in a work that traces the history of this institution written by local historian. Along with its history, an attempt was made to analyze the history of education in Brazil, through the work carried out by ROMANELLI (1986), as well as studies on the pedagogical political project (Veiga, 2013; Vasconcellos, 2008). The research is characterized as qualitative research, focusing on document analysis (legislation and secondary source). In the development of the work, it was analyzed how the national educational legislation guided the national policy and reflected in the local policy, through the situations experienced by this school, which is believed to be not an isolated case, but which is repeated by other institutions causing uncertainties, as the closure scenario of this institution and others. This scenario made us realize that the creation of stronger and stronger bonds by the school community becomes an alternative of resistance, but these bonds can only be built through a political pedagogical project constituted in a democratic and participatory way, something that has been missing strength today. As a product of this master's degree, an elaboration work was elaborated on the Political Pedagogical Project, which will be delivered to the educational institution so that they can think about their actions and reinforce the construction of their identity.

Keywords: Education; Legislation; Identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Professor Carvalho - Fundador da Escola São Luiz Gonzaga.....	27
Figura 2 - Antigo Ginásio Municipal São Luiz Gonzaga.....	33
Figura 3 - Construção do novo espaço para a Escola São Luiz Gonzaga	35
Figura 4- Projeto para novo prédio que abrigaria o Ginásio São Luiz Gonzaga.....	35
Figura 5 - Uma das festas realizadas no Colégio São Luiz Gonzaga para angariar fundos a construção do prédio.....	36
Figura 6 - Padre Armando Vareschi.....	38
Figura 7 - Padre Natal.....	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Procedimentos metodológicos	23
CAPÍTULO 1– A ESCOLA SÃO LUIZ GONZAGA E SUA HISTÓRIA	26
1.1 Fundação da Escola Municipal São Luiz Gonzaga.....	27
1.2 Chegada dos Pavonianos, Colégio São Luiz Gonzaga.....	31
1.3 Fim do Convênio, Escola Estadual São Luiz Gonzaga.....	38
1.4 Um novo local e as incertezas.....	41
CAPÍTULO 2 – O ARCABOUÇO LEGAL E A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	45
2.1 A Evolução da Legislação Educacional	47
CAPÍTULO 3 - A ESCOLA ESTADUAL SÃO LUIZ GONZAGA À LUZ DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: ALGUMAS REFLEXÕES	60
CAPÍTULO 4 – CONSTRUINDO A IDENTIDADE DA ESCOLA POR MEIO DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO	73
4.1 O projeto político pedagógico (PPP).....	73
4.3 O Projeto Político Pedagógico e a Escola São Luiz Gonzaga.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	89
ANEXO I	91

INTRODUÇÃO

Buscar uma reflexão em torno do tema identidade não é uma tarefa simples. Quando analisamos o significado dessa palavra, encontramos o que diz respeito à identidade, pessoa ou grupo, que identifica, pessoa ou grupo, política relativa a identitarismo. Entendemos como um conjunto de características atribuído a algo ou a pessoa.

Mas buscando um aprofundamento referente ao tema temos uma ampla reflexão, que suscita dúvidas e visões da sociedade.

O próprio conceito com o qual estamos lidando, "identidade", é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova (HALL, 2006, p.8).

Dialogando com Hall, entendemos a importância do tema, para o autor o assunto não pode ser analisado por um prisma simples, que apenas caracteriza um determinado local ou pessoa, sua discussão deve promover um debate, para que o tema possa alcançar uma visão mais clara, promovendo um maior leque de debates.

Caminhando com o autor, na direção de um tema complexo, e pouco debatido, entendemos que cada vez mais as discussões em torno desse assunto são articuladas para ficar ainda mais complexa, sendo a identidade uma forma de identificação. Em uma sociedade de constante mudança, caracterizar determinados grupos ou assuntos torna-se cada vez mais desafiador, “a assim chamada ‘crise de identidade’ é vista como parte de um processo mais amplo de mudança” (HALL, 2006, p.8).

Esse processo de mudanças no qual estamos inseridos, nos impede de caminhar por um único trajeto, pois a todos os momentos somos obrigados a mudar, seja pelas exigências do trabalho, inovações tecnológicas, mudanças políticas, imposições econômicas, que nos coloca em outros caminhos, diferente daqueles traçados. Essas mudanças nos fazem quebrar paradigmas e entender novos conceitos, criando novas versões de nós mesmos, “estamos em uma época em que é muito difícil ser-se linear (SANTOS, 1999, p.126)

Esse conceito de identidade, estudado por Hall, passa por três momentos importantes do sujeito, ao longo dos últimos séculos, entender esses períodos pode nos fornecer pistas para compreender o momento em que vivemos.

Iniciando essa abordagem, o autor coloca o sujeito do Iluminismo, que quebrando as concepções anteriores, medievais e abraçado pelas aspirações burguesas, se caracteriza pelo uso da razão e a individualidade, o homem passa a ser o centro das atenções. “O sujeito do

Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão” (HALL, 2006, p.10).

Ao quebrar o pensamento medieval de que nossas ações provêm da vontade divina, mas que fazendo uso do conhecimento podemos realizar inúmeros feitos, o antropocentrismo ganha corpo como forma de identificação do homem. “O humanismo renascentista é a primeira afloração paradigmática da individualidade” (SANTOS, 1999, p.120).

Essa concepção passa a ter uma nova visão, a partir das revoluções do século XVIII e XIX, a identidade para Hall, agora é discutida a partir do sujeito sociológico, que toma decisões não só pela razão, mas pela influência que sofre do meio que vive e das pessoas que lhe rodeia. Nesse sentido,

sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com" outras pessoas importantes para ele"(HALL, 2006, p.11).

O advento da modernidade possibilitou ao homem uma série de possibilidades e facilidades, fascinado por essas inovações, o homem passou a utilizar cada vez as novas tecnologias que chegavam e delas tornando-se dependentes, o homem agora se constrói a medida que toma corpo na sociedade, interagindo com o trabalho e pensamento de outros, no sujeito sociológico, sua identidade se baseia na interação com o outro, “a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade” (HALL, 2006, p.11).

Após a Segunda Guerra Mundial, uma nova concepção do sujeito é discutida por Hall, o sujeito pós-moderno. O período pós Segunda Guerra Mundial, será um momento de debate sobre a condição humana e suas contradições, já que todos os avanços trazidos pela modernidade não foram suficientes para aproximar as pessoas, pelo contrário, acabou resultando nas guerras mundiais, colocando em discussão qual era a identidade humana.

“o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma 'celebração móvel": formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2006, p.13).

O novo período pós-moderno, produz uma identidade que segundo o autor não é fixa, muda ao longo do tempo, de acordo com as mudanças vão se apresentado para o homem. Ao longo do século XX, com o advento da tecnologia e com a rapidez das comunicações, as mudanças se processam em uma velocidade cada vez mais dinâmica, que obriga o homem

também mudar suas concepções e pensamentos a fim de não ficar isolado, o sujeito possui diferentes posicionamentos, dependendo do momento que está vivendo.

As sociedades da modernidade tardia, argumenta ele, são caracterizadas pela "diferença"; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes "posições de sujeito" (HALL, 2006, p.17).

Sendo o sujeito pós-moderno estudado como alguém que não possui uma identidade única, mas formado por diferentes sistemas que estão a sua volta, o conceito de identidade torna-se cada vez mais complexo, uma vez que que somos atravessados a todo momento por diferentes concepções e posições, nos lugares que estamos, trabalhamos e convivemos.

A globalização impacta em nossa sociedade, produzindo constante mudança, dessa forma, a sociedade moderna se transforma constantemente, gerando um indivíduo com múltiplas identidades (SANTOS, 1999).

Ao analisar esse conceito, percebemos como a sociedade mudou ao longo dos últimos séculos e que no momento atual a mudança se faz ainda mais rápida e constante, produzindo efeitos no homem, assim acreditamos que todas essas situações citadas tiveram seu efeito no ensino e, observando a situação do sistema educacional brasileiro, as consequências podem não ter sido positivas.

Ao estudarmos a formação identitária de uma instituição de ensino na cidade de Elói Mendes, sul de Minas, veremos que sua formação passou por várias mudanças: pedagógicas, administrativas e físicas, essas transformações se deram pelas inconsistências econômicas, sociais e políticas, tanto local como nacional, que produziram efeitos ora positivo para escola, ora negativo, mas que acreditamos impactaram na formação de sua identidade.

Ao longo do tempo algumas normas foram criadas na tentativa de melhorar a qualidade de ensino no país e garantir o direito à educação. Entre essas normas, encontramos a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), Lei Federal nº 9394/96, com o objetivo de regular o sistema educacional brasileiro, levando em conta os princípios da Constituição Federal (CF) de 1988.

A LDB atual possui regulamentação de 1996, porém a educação nacional veio sendo regulamentada desde o advento da independência, em 1822, a partir daí o arcabouço legal acerca da educação se constituiu mais fortemente e se consolidou na primeira metade do século XX.

A constituição de 1934 foi marcada pelo grande movimento de 1930 conhecido na história como a Revolução de 1930. Neste período, a

educação passa por grandes influências dos idealistas Anísio Teixeira e Lourenço Filho, que defendiam um Modelo ideal de Escola Nova no Brasil, encabeçou um movimento intitulado como Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova datado em 1932, suas ideias serviram de norte para a educação nacional e reformas educacionais nos Estados Brasileiros (RODRIGUES, 2017, p.03).

Percebe-se que o estabelecido por uma lei para regulamentar o ensino não é novo. Questões normatizadas nos anos 1930 terminaram sendo concretizadas apenas na década de 1960, o que nos permite refletir que as decisões no campo educacional são tomadas “a conta gotas”, o que impede que ocorram avanços significativos na área educacional.

Para a organização do ensino brasileiro a LDB se apresenta como um importante mecanismo, pois não se pode desconsiderar as dimensões territoriais e diversidade populacional do Brasil que por si só tornam o desafio da educação gigantesco, uma vez que suas proporções são continentais. Como retratado anteriormente, houve um crescimento significativo do número do acesso à escola, mas esses números não foram acompanhados de uma melhoria na qualidade da educação, haja vista os resultados que estão sendo alcançados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e nas avaliações externas nacionais, que se configuram como indicadores importantes, ainda que não sejam os únicos, para mensurar a qualidade da educação.

Nessa direção, no caso brasileiro, ressalta-se que a efetivação de uma escola de qualidade se apresenta como um complexo e grande desafio. No Brasil, nas últimas décadas, registram-se avanços em termos de acesso e cobertura, sobretudo no caso do ensino fundamental. Tal processo carece, contudo, de melhoria no tocante a uma aprendizagem mais efetiva (DOURADO, 2009, p.210).

Apoiando-se nessas palavras do autor, refletimos sobre a garantia do direito à educação. Como Dourado coloca, é preciso cuidar para que a aprendizagem seja efetiva. Contudo, a pesquisadora Vanda Mendes Ribeiro esclarece que é necessário a construção de uma rede escolar menos desigual, para a qual a garantia ao acesso é fundamental. A autora ainda evidencia que a construção de uma rede escolar menos desigual não pode se dar sem a maior oferta, uma vez que dessa maneira permite-se que mais alunos tenham acesso ao ensino, como um princípio de justiça (RIBEIRO, 2014).

Observa-se no artigo 2º da LDB que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Como apresentado no artigo da LDB e inspirado na Constituição Federal de 1988, a educação é um direito colocado como dever da família e do Estado, assim ambos devem caminhar juntos a fim de garanti-lo. Compreendendo que a educação não deve jamais ser um direito “vazio”, no sentido de não ser efetivamente garantido na prática, mas que todos devem ter direito à educação. No Artigo 3º da LDB encontraremos alguns itens fundamentais para a concretização desse direito:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

[...]

VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

[...]

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - Garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1988, s/p).

Nesses itens encontramos elementos fundamentais na construção do direito à educação. Igualdade e gratuidade são fundamentais para possibilitar o acesso e à permanência de grande parte da população desprovida de condições mínimas para se manter na escola, o que explicita um outro princípio essencial para a permanência e a conclusão com êxito que é a equidade. De acordo com Ribeiro (2014), se o Estado é obrigado a oferecer escolaridade gratuita na fase da educação básica, então todos devem receber por igual, independentemente de julgamentos sobre a qualidade de cada um. A autora em seu trabalho demonstra como deve ser a construção do ensino, porém esse tema não será o foco aqui nesta pesquisa. Contudo, suas palavras referentes a garantia de acesso à escola, ajuda a entender como a ampliação das vagas foi importante passo para a garantia ao direito à educação.

Uma questão importante a destacar é que a LDB, apesar de destacar a importância de um padrão de qualidade, não define o que seja uma educação de qualidade, o que precisa ser discutido e debatido com toda a sociedade e se articula, novamente, com o princípio da gestão democrática, que pode ser garantido por um Projeto Político Pedagógico bem elaborado e por outros mecanismos que garantam a participação da comunidade na gestão escolar.

Percebe-se a importância da legislação para a organização do ensino e para a garantia da educação que se pretende alcançar. Nesse sentido, muitas vezes, as determinações legais parecem distantes do que acontece na realidade escolar e tem-se a sensação de que a lei não é cumprida e, em muitos casos, não é mesmo. Porém, um texto legal precisa ser arrojado, apontar para mudanças, propor avanços e desafios, para obrigar a sociedade a se mover. Legislar não significa apenas colocar no papel o que já está ocorrendo, mas implica em determinar um

projeto futuro, em direcionar as ações que se espera que a sociedade comece a realizar. Nesse sentido, observa-se que ao longo dos artigos, a LDB trata sobre diversos temas, direito à educação, gestão escolar, formação dos profissionais da educação e dos estudantes, acesso e permanência dos estudantes na escola, reafirmando o quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é importante para a organização e o bom funcionamento do ensino.

Em última instância, a LDB apresenta um propósito bastante claro, definir a organização e o funcionamento da educação nacional para garantir o direito à educação. Para Cury (2008, p. 295), “a educação básica é declarada, em nosso ordenamento jurídico maior, como direito do cidadão – dever do Estado”, portanto, na LDB estão plasmados os elementos a partir dos quais a educação nacional deve se organizar para a garantia desse direito.

Nesse viés, o direito a educação, presente na Constituição, também percorreu um longo caminho na busca de outros direitos essenciais à vida humana, mas hoje, além da LDB, o direito à educação está garantido pela nossa atual Constituição Federal, em seu artigo 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Estar assegurado na legislação não implica em garantia real, dado que cada vez mais crescem os problemas referentes a educação brasileira, que embora seja bandeira de discursos políticos em épocas de eleição, pouco se coloca em prática, principalmente no atual momento. Por ser direito de todos, precisamos defendê-lo, para que assim o Estado não se furte de sua obrigação.

É no artigo 205 da CF/88, já mencionado, que percebemos o quanto a educação é importante na formação da pessoa e, conseqüentemente, da sociedade, já que é por meio da educação que acontece o desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para cidadania e qualificação para o trabalho. Pessoa, cidadania e trabalho, esse tripé constitui a essência da sociedade.

Nesse aspecto, em 2009, a Emenda Constitucional 59, ampliou a escolarização da Educação Básica, incorporando a etapa da Educação Infantil e do Ensino Médio, tornando obrigatório o ensino para as pessoas dos 4 aos 17 anos, devendo ser gratuita, assegurando sua oferta a todos, inclusive aqueles que não tiveram acesso em idade própria, o que, para Cury (2008), é primordial para a constituição de cidadania.

Nessa perspectiva, o artigo 211 da Constituição estabelece as responsabilidades dos entes federados para melhor organização do ensino: “art. 211: A União, os estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.”

Tendo como objetivo a melhoria na qualidade de ensino, acredita-se que as decisões devem ser tomadas de maneira colaborativa para alcançar esse progresso. De acordo com o inciso primeiro, do artigo 211:

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Essa divisão de responsabilidades estabelecida com o regime de colaboração passa a ser uma tentativa de organizar o ensino, cabe ao Governo Federal colaborar com aspectos financeiros e com a assistência técnica à estados, ao Distrito Federal e à municípios para que se possa garantir um padrão mínimo de qualidade.

Dessa maneira, o regime de colaboração é importante, já que o país além de ser grande territorialmente, é heterogêneo, diverso e desigual, portanto, se não houver colaboração, acentuam-se ainda mais as desigualdades educacionais e sociais no Brasil, mesmo cabendo à União e aos estados e ao Distrito Federal a disponibilização dos recursos financeiros. É importante lembrar também que os municípios possuem grande responsabilidade, já que a maior parte dos estudantes da educação infantil e do ensino fundamental estão em suas mãos.

Pensando na quantidade de municípios existentes no Brasil é importante que se tenha um sistema de colaboração bem estruturado e que funcione, pois são muitos municípios com grandes diferenças e desigualdades regionais. Se mal geridos, pode-se acentuar ainda mais essas diferenças e desigualdades.

Na teoria, o regime de colaboração mostra-se um ponto importante para que ocorra esse avanço no sistema educacional. Contudo, na prática, o regime não tem se mostrado tão eficaz, uma vez que os índices educacionais brasileiros não têm avançado como se esperava.

Para além dos impactos dos resultados dos testes padronizados realizados no País, em dezembro de 2001 foi divulgada a desconcertante notícia de que os alunos brasileiros que participaram do PISA, promovido pela OCDE, ficaram em último lugar na avaliação (OLIVEIRA, 2005 p. 10).

Assim como na pesquisa de Romualdo de Oliveira, com dados atualizados do PISA, demonstra que a educação pouco evoluiu nos últimos anos.

O maior estudo sobre educação do mundo, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), apontou que o Brasil tem baixa proficiência em leitura, matemática e ciências, se comparado com outros 78 países que participaram da avaliação. A edição 2018, divulgada mundialmente nesta terça-feira, 3 de dezembro, revela que 68,1% dos estudantes brasileiros, com 15 anos de idade, não possuem nível básico de matemática, o mínimo para o

exercício pleno da cidadania. Em ciências, o número chega a 55% e, em leitura, 50%. Os índices estão estagnados desde 2009. (portal.inep.gov.br, acesso em 27 dez 2020).

De acordo com esses dados percebe-se que a educação brasileira segue à deriva e que o regime de colaboração, criado em 1988, está longe de funcionar, não conseguindo ser colocado em prática de fato ou, pelo menos, no mínimo organizar as responsabilidades de cada setor, contribuindo para o agravamento dos problemas atuais da educação.

Numa tentativa de solucionar problemas financeiros que chegam a todo momento, os governos propõem o fechamento dos estabelecimentos de ensino, defendendo que é necessário o corte de gastos, empurrando o problema para os municípios, que também não têm como arcar com os custos e devolvem o problema ao estado, que, por sua vez, culpa a União. O que parece diante do problema é que os responsáveis pelo ensino ainda não conseguiram entender o que, de fato, significa o regime de colaboração na organização do ensino e melhoria da educação.

[...] o regime de colaboração compreende as regras, o como fazer/agir/relacionar com as demais esferas da federação. O objetivo desse regime, no campo da educação brasileira, compreende a articulação dos entes (União, estados e municípios) nas iniciativas as quais lhes são cabíveis (FERNANDES, 2013, p.156).

É fato que a escola enfrenta diversos problemas. Contudo, é frustrante para aqueles que estão envolvidos no cotidiano escolar sentir que os problemas mais cruciais vêm, justamente, daqueles que deveriam ajudar nas soluções - as instâncias responsáveis pela elaboração e acompanhamento da implementação das políticas e ações educacionais - e esses empurram o problema de um lado para o outro.

Otaíza Romanelli, em seu trabalho sobre a história da educação no Brasil, ao falar sobre o desenvolvimento do sistema educacional cita esse desapontamento.

É certo que, àquela altura, nossa insatisfação se voltava contra os aspectos puramente pedagógicos da escola. E era talvez por isso que naquele período tínhamos sofrido tantas decepções: não nos dávamos conta de que os fatores extraescolares atuantes no sistema escolar brasileiro respondiam pela maior parte das deficiências da escola primária (ROMANELLI, 1986, p.13).

Ao expor sua insatisfação, com a situação das escolas entre as décadas de 1930 e 1970 e constatar que problemas extraescolares interferiam diretamente nas deficiências escolares, sua obra se mostra muito contemporânea, como podemos observar nos índices do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) e também de outras avaliações nacionais e

subnacionais, citados anteriormente que comprovam que o Brasil pouco avançou nos últimos anos.

Neste sentido, é importante compreender que a educação no Brasil caminha com dificuldades, embora tenha buscado construir um arcabouço legal recente, que visa garantir e fortalecer o direito à educação de qualidade, o ensino brasileiro, parece caminhar na contramão da solução dos problemas, resultando na precarização das condições de oferta e do trabalho docente.

Feitas essas considerações iniciais, inicia-se a apresentação do objeto de estudo dessa pesquisa de mestrado, assim como de como se deu a aproximação do pesquisador com a temática em estudo.

O cenário no qual essa pesquisa se desenvolve tem como centro a Escola Municipal São Luiz Gonzaga, Colégio São Luiz Gonzaga, Escola Estadual São Luiz Gonzaga ou Ginásio, vários nomes para uma escola, uma escola para várias histórias. Difícil hoje falar em educação no Município de Elói Mendes (MG) e não vir por esses nomes a lembrança das pessoas, e elas não citarem alguma história referente a esse lugar. Em minha infância ouvi várias, de meus pais e avós, e sempre havia o mesmo final, “você vai ver quando estudar lá.”

O tempo passou e em 1996 iniciei meus estudos na antiga 5ª série. Mais criança que adolescente, ir para aquele lugar era como se fosse um ritual, um lugar que chamava a atenção pela sua estrutura, com seu estilo arquitetônico românico, os extensos corredores exibindo seus arcos, mal sabia que aquele lugar marcaria grande parte de minha vida.

Os primeiros anos que lá estudei, terminando os anos finais do ensino fundamental, era como de qualquer adolescente que quer correr para o recreio, jogar futebol na educação física, anos divertidos que marcam nossa memória escolar.

É a partir do ensino médio que minha relação como local começa a criar mais raízes. É preciso pensar em uma profissão, cresce o peso do vestibular e a cobrança por uma boa formação. Escolher a carreira para mim não foi difícil, enquanto colegas conversavam, faziam testes vocacionais, eu tinha certeza de que queria ser professor de história. Era interessante ver a reação daqueles que estavam próximos, uns apoiavam, outros riam, chamavam de louco e, até mesmo, professores diziam para eu pensar melhor, mas eu tinha comigo que seria professor e que voltaria aquele local para lecionar.

Em 2002 concluí o Ensino Médio e fui fazer a faculdade de história. No final de 2005, surgiu a primeira oportunidade para trabalhar como professor, era uma substituição de uma semana, e assim estava de volta àquele lugar que havia marcado a vida de tantas pessoas e a minha não seria diferente. Ao entrar naquele espaço, ainda me sentia mais aluno que professor,

a sala dos professores era estranha, pois estavam ali aqueles que haviam me ensinado, e que agora trabalharíamos juntos, mas que não deixavam de me ensinar, dando conselhos sobre como entrar na sala de aula, como desenvolver as aulas, como me portar como docente.

No final desse mesmo ano, ainda vieram outras substituições, mas foi no ano de 2006 que consegui um cargo para trabalhar durante o ano todo como professor. Embora estivesse passando por outras escolas, com outros cargos, dali não mais sairia até a mudança da escola de local.

Os primeiros passos não foram fáceis, quando substituí tinha um roteiro a seguir, eram sempre por dois ou três dias, no máximo, mas agora não! Eu tinha de estabelecer um planejamento, cumprir horários, elaborar e corrigir provas, embora tivesse ficado naquele lugar por sete anos como aluno, ver o outro lado, era como entrar em um novo universo, um misto de euforia e medo tomavam conta de mim, mas a sensação era boa.

A cada ano que passava mais experiência e com ela mais domínio e a certeza de que havia escolhido a profissão correta! A ligação com aquela escola aumentava ainda mais, pois se no passado, como aluno, foi ali que descobri qual carreira seguir, aquele mesmo lugar me fazia ter a certeza de que não havia me equivocado.

No período que se seguiu até 2013 a escola passou por mudanças. Chegaram novos professores, outros se aposentaram, mudanças na direção, até que, no final daquele ano, veio o convite para assumir a vice direção, até então não havia pensado. Naquele ano estava com vinte e nove anos, sendo que havia estado ali sete anos como aluno e oito como professor, totalizando quinze anos, praticamente metade da minha existência, sentia que deveria retribuir tudo que a escola havia feito por mim e aceitei o convite.

Começar nesse novo cargo não foi fácil, assim como no passado era um novo universo que se abria, era ver a escola novamente por um outro ângulo, tomar decisões, atender pais e professores, ver os entraves da parte burocrática que até então não entendia e criticava. Era um mundo novo que se abria trazendo alegrias e frustrações.

Mas como tudo na vida exige tempo, fui me adaptando e aprendendo os atalhos para atingir os objetivos. Nesse tempo na direção, o período mais difícil foi nos dois últimos anos, quando corríamos o risco de fechar e tivemos de mudar de lugar. Foram intensas lutas, reuniões e acordos até que conseguimos um local, que não sei ao certo se é definitivo ou não, já que uma das marcas na história dessa escola é a constante mudança, quando não ameaça de fechamento.

Embora tenha vivido toda esta história, confesso que ainda não havia pensado nela dessa forma, é nesse ponto que o mestrado tem sido fundamental. Quando iniciei minha caminhada no mestrado, meu projeto de pesquisa era outro e nas primeiras conversas que tive com minha

orientadora, que posteriormente mudou, ela solicitou que eu contasse um pouco da minha trajetória como aluno e professor e então me convidou a escrever sobre a escola, por dois motivos naquele momento, primeiro, porque a história da escola era muito presente em minha fala e, segundo, a instituição passava por um dos momentos mais tensos de sua história e, de acordo com a professora, necessitava ser refletida.

Dessa forma, a escola mencionada neste relato se tornou objeto de pesquisa no mestrado. Houve alguma dificuldade em definir claramente como esta pesquisa se daria, pois alguns percalços durante o mestrado, como o início da pandemia da COVID-19 e a troca de orientação, impuseram severas limitações.

Contudo, buscar na trajetória dessa escola e na dificuldade dela construir uma identidade enquanto instituição serviu como fio condutor para tecer esse caminho de pensar a questão da educação no município onde ela se encontra. Além disso, refletir sobre como a identidade institucional é essencial para sobrevivência da escola e para o cumprimento do seu mandato que, em última instância, se vincula à garantia do direito à uma educação pública de qualidade.

Desse modo, propõe-se como questão norteadora desta pesquisa a seguinte questão: como se constrói a identidade de uma instituição educacional e como ela pode sobreviver às ameaças que solapam constantemente a sua existência?

Para responder essa questão, tendo como referência a trajetória da Escola São Luiz Gonzaga, optou-se por desenvolver um estudo com o objetivo de analisar a construção identitária da Escola Estadual São Luiz Gonzaga a partir de sua fundação, em 1927.

Como objetivos específicos desta pesquisa, explicita-se:

- Realizar um estudo sobre a trajetória da Escola Estadual São Luiz Gonzaga, por meio da análise documental e sua relação com os desdobramentos na legislação brasileira quanto à garantia do direito à educação e a oferta de educação pública e gratuita no Brasil entre a década de 1930 e os dias atuais;
- Fazer uma reflexão entre os pontos de convergência entre a trajetória da Escola São Luiz Gonzaga e a legislação estudada;
- Desenvolver uma discussão sobre a importância de um Projeto Político Pedagógico, como proposta a esta instituição, visando a construção de sua identidade.

A busca na legislação de elementos que nos ajudam a compreender a trajetória da escola neste estudo se justifica pelo fato de que a escola não construiu, desde sua origem, uma identidade. As decisões foram sempre tomadas de forma autoritária e externa à comunidade escolar e nossa hipótese é a de que para mudar a trajetória da instituição e garantir que ela

continue existindo é necessário forjar uma identidade por meio da construção coletiva do projeto político pedagógico (PPP). Mesmo ainda não tendo um “corpo físico”, ou seja, um edifício próprio, é preciso ter uma “alma”, pois é ela que possibilitará a resistência às tentativas governamentais de fechá-la, mas, para além dessa resistência, o PPP deve ser constituir na razão da sua existência.

Procedimentos metodológicos

Esse estudo se constitui como uma pesquisa de caráter qualitativo, que se fundamenta no estudo de caso de uma escola, para que se possa analisar a construção identitária dessa instituição como resultado das constantes mudanças que ela sofreu ao longo do tempo, e que acabaram ameaçando sua existência na atualidade. Desenvolver este trabalho por meio dessa estratégia, justifica-se pela dificuldade de se conseguir todos os documentos necessários sobre a constituição dessa instituição de ensino, uma vez que ao longo do tempo alguns se perderam ou hoje encontram-se nas mãos dos Pavonianos e não facilitam o acesso.

os estudos de caso representam uma estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos num contexto da via real (YIN, 2004, p.20)

Dessa forma, em conformidade com o entendimento de Yin (2004), “os estudos de caso enfatizam a ‘interpretação em contexto’. Um princípio básico desse tipo de estudo é que, para uma apreensão mais completa do objeto, é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.18).

O estudo de caso dessa instituição será realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica realizada a partir do livro do professor Francisco Carlos de Figueiredo, que traz informações sobre a escola desde sua fundação, apoiando em Gil (1999, p.65), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado constituído de livros e artigos científicos”, essa ação se justifica uma vez que esse historiador teve acesso às fontes em sua pesquisa e hoje essas encontram-se nas mãos dos Padres Pavonianos que não residem na cidade de Elói Mendes e outras se perderam ao longo do tempo com as diversas mudanças que a escola sofreu.

A pesquisa bibliográfica também se torna pertinente para a análise uma vez que, os dados analisados, desde de 1927, ano da fundação da instituição, são amplos, assim a pesquisa bibliográfica nos ajuda na leitura dessa variedade de acontecimentos recorrentes a Escola São Luiz Gonzaga como também defende Gil (1999, p.65), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos

muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Entretanto, como é, também, uma pesquisa de cunho histórico, algumas vezes não é possível analisar os fatos sem que seja por meio “estudos secundários (GIL, 1999).

A Escola São Luiz Gonzaga não será, entretanto, tomada como um caso isolado, mas problematizada no contexto histórico no qual sua história se desenrolou e, ainda, se desenvolve, marcada pelas contradições entre as ações definidas pela política educacional e pelo arcabouço legal. Nesse sentido, a fonte para analisar e interpretar o contexto do caso em questão são os documentos normativos, constituindo-se, dessa forma, também numa pesquisa de análise documental.

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.39).

Compreendemos que essa análise bibliográfica e documental será importante para compreendermos como os acontecimentos políticos estão ligados ao cotidiano e interfere em nossas vidas, como Shiroma, Campos e Garcia (2005, p.432) nos ajudam a entender são esses momentos que entendemos como os fatos políticos podem nos atingir, “vale observar, contudo, que intenções políticas podem conter ambiguidades, contradições e omissões que fornecem oportunidades particulares para serem debatidas no processo de sua implementação.” (2005, p.432)

Nesse viés, o trabalho aqui realizado está organizado da seguinte maneira: no primeiro capítulo será abordado a trajetória histórica da escola, por meio do trabalho do historiador local Francisco Carlos de Figueiredo, sendo observados os seguintes acontecimentos: sua fundação, em 1927, como escola municipal, posteriormente, passando para os padres Pavonianos, período que compreende a construção de um novo espaço e é firmado um convênio com a Secretaria de Estado da Educação, convênio esse que durou até 2003, quando o Estado de Minas Gerais aluga o espaço e a escola passa a ser Estadual, funcionando no mesmo local até 2019, quando teve de mudar.

Esses acontecimentos serão analisados a luz da legislação desse período, 1927 a 2020, observando como, ao longo do tempo, as mudanças tanto na legislação quanto na política impactaram a instituição de ensino, resultando na não existência de seu espaço físico.

No segundo capítulo, será exposta uma abordagem da evolução da legislação brasileira referente a educação, tendo como referência teórica os textos de Cury (2008) e Romanelli

(1986), além de buscar, na legislação, a partir de 1930, elementos das constituições e leis de educação, que ajudem a construir entendimento sobre esse tema.

À medida que se construa essa análise do arcabouço legal, será traçado um paralelo com a trajetória vivenciada pela Escola Estadual São Luiz Gonzaga, procurando analisar como as mudanças na legislação refletiram ou não na história dessa instituição e como foi forjada sua identidade que coloca em risco, nos dias atuais, a sua existência.

No terceiro capítulo, será feita uma comparação entre a trajetória da escola com a trajetória da legislação educacional brasileira, observando as aproximações e os distanciamentos entre a norma e a realidade vivida pela escola, foco do estudo de caso.

No capítulo quarto, será discutida a construção da identidade desta instituição de ensino, articulando com uma proposta para o seu Projeto Político Pedagógico como uma forma de existência e resistência. Essa proposta se relaciona com o futuro da instituição, estratégia para fortalecê-la na perspectiva dos princípios da atual Constituição Federal de gestão democrática e de construção de uma educação de qualidade, visando garantir que a escola não seja vulnerável e não sofra com as ameaças do poder público estadual e municipal, em função das questões edilícias.

Ainda, será apresentada uma seção com as considerações finais, retomando o objetivo geral e específicos desta pesquisa e sinalizando para questões futuras que esta investigação poderá contribuir e, no anexo I, a proposta de desenvolvimento de atividades de formação para a construção do Projeto Político Pedagógico da escola.

CAPÍTULO 1– A ESCOLA SÃO LUIZ GONZAGA E SUA HISTÓRIA

Nesse primeiro capítulo apresentamos a trajetória da Escola São Luiz Gonzaga no contexto da história da educação brasileira. A história dessa escola é cheia de altos e baixos, sendo justamente esses momentos de tensão que exigiram de todos aqueles que estavam na escola forte envolvimento ao longo de sua trajetória para não deixar que ela desaparecesse pelo caminho.

Esse longo caminho o qual a escola trilhou passou por diferentes situações tanto políticas quanto econômicas, criou várias incertezas e proporcionou diferentes lutas, que ora aproximavam seus protagonistas ou distanciava, que deixou muitas incertezas e hoje a dúvida do seu lugar, porém, por mais difícil que fosse o momento, a escola seguia seu destino, resistindo bravamente a uma situação que não parece ser local, mas que pode atingir todo o sistema educacional.

A educação no Brasil é elemento central de campanhas eleitorais, mas passado o período eleitoral, infelizmente, fica relegada ao segundo plano, e sabe-se que uma sociedade em que sua educação está esquecida, pouca mudança positiva para as pessoas pode ser alcançada. Segundo Paulo Freire (1974), se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tão pouco a sociedade muda.

Para entender a trajetória das políticas educacionais ao longo do século XX até nossos dias, estudaremos nesse capítulo a história da Escola Estadual São Luiz Gonzaga, tendo como fundamento histórico, fonte secundária, o livro do professor e historiador, Comendador Francisco Carlos de Figueiredo, veremos os principais acontecimentos e personagens dessa instituição de ensino.

Dessa forma, por meio da trajetória da instituição podemos refletir sobre como a educação é tratada em nosso país, muito presente nos discursos, mas esquecida quando se trata de ações. Veremos o percurso da escola fundada em 1927, que passou por diferentes locais e, após décadas, ainda não possui um local em definitivo.

Nesse ponto da pesquisa, buscamos narrar o percurso percorrido pela Escola Estadual São Luiz Gonzaga, que possui momentos cruciais que aconteceram de maneira isolada, mas estão ligados a políticas nacionais implantadas que surtiram reflexos na pequena cidade de Elói Mendes, no sul de Minas Gerais, a qual hoje possui pouco mais de 25 mil habitantes, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1.5 Fundação da Escola Municipal São Luiz Gonzaga

O que hoje se conhece como Escola Estadual São Luiz Gonzaga, possui 16 anos de existência, uma escola estadual, que passou ser sediada em diferentes lugares e isso ocorreu por vários acontecimentos para assim denominar-se. Entretanto, sua história inicia-se em 1927.

O Colégio São Luiz Gonzaga foi fundado em 1927. Recebeu este nome em homenagem a São Luiz Gonzaga, Santo Frances que viveu em 1568 a 1591 e é patrono da juventude. O fundador do Colégio foi um professor que residia em Elói Mendes. Seu nome era Manuel Moreira de Carvalho, natural de Santa Martha de Portozelo, Província de Viana do Castelo, em Portugal. (FIGUEIREDO, 2015, p.80)

Nas palavras do autor percebe-se que o Colégio, recém-inaugurado, possuía tendências católicas, a ver pela escolha do nome, de acordo com a tradição Católica, Luiz Gonzaga nasceu numa família rica, mas renunciou tudo para seguir a vida religiosa, morrendo jovem por ter contraído uma praga que assolou a Itália ao final do século XVI. Por ter morrido muito novo, ficou conhecido na Itália como protetor dos jovens e seu nome foi muito lembrado entre os italianos e, como professor Manuel Moreira era italiano, esse seria um dos motivos de batizar a escola de Escola São Luiz Gonzaga (FIGUEIREDO, 2015).



Figura 1 - Professor Carvalho - Fundador da Escola São Luiz Gonzaga

Fonte: Arquivos Comendador Francisco Carlos de Figueiredo

Sobre a escola recém fundada, observa-se a falta de estrutura na qual ela inicia suas atividades, uma vez que possuía um prédio improvisado e algumas atividades deveriam ser realizadas na própria rua.

Inicialmente o colégio funcionou em um prédio improvisado na Rua João B. Ximenes, n. 189. A rua usada como pátio para recreio e aula de educação

física. Eram apenas três professores, Manuel Moreira de Carvalho, Laura Silva e Maria Custódio. (FIGUEIREDO, 2015, p.80)

Ao longo do capítulo, veremos que a escola enfrentou dificuldades para encontrar um lugar, as constantes mudanças que fora obrigada a passar, pode nos ajudar a entender o quanto a educação no Brasil é relegada ao segundo plano, destituída de um projeto sólido, a instituição viveu às sombras de interesses diversos e momentos tensos, sempre correndo o risco de não continuar a existir.

Desde sua origem, a Escola São Luiz Gonzaga esteve marcada pela dificuldade de estar em um local fixo e de ter um edifício próprio. Nos anos que se seguiram a sua inauguração escola teve de se adaptar em diferentes lugares.

Em 1928 o Colégio mudou-se para o Largo do Pretório, para uma casa atrás do fórum, esquina com a Rua João Alves Silva. Em 1930 mudou-se para a Praça Matriz, esquina da Avenida D. Pedro II, no antigo Bar Central e depois o mesmo quarteirão na Praça da Matriz, esquina com Rua Rui Barboza (atual Rua José Pedro Mendes). Mais tarde mudou novamente um velho prédio que havia na esquina das Ruas Benjamim Constant e Batista de Melo, onde depois seria construído o prédio do Banco Real. Mudou-se mais uma vez para a esquina da frente, onde depois funcionaria o Hotel Bragança. (FIGUEIREDO, 2015, p.81)

De acordo com o trabalho do historiador (2015), percebe-se que a escola passou por diferentes lugares em um curto espaço de tempo. Nesse sentido, como seria possível conseguir criar uma identidade diante de tantas mudanças?

Essas constantes mudanças geraram uma fragilidade e uma instabilidade na sua existência enquanto instituição educacional. Por outro lado, essas mesmas mudanças constantes de local provocaram sua maior força, promovendo a união das pessoas que com ela se envolviam, procurando solucionar o problema e buscando, nos momentos mais difíceis, uma forma de manter a escola em funcionamento.

Em face do exposto, é importante observar que entre 1927 a 1930 a escola mudou de lugar por, no mínimo, quatro vezes, considerando que a escola havia sido criada em 1927, praticamente funcionou a cada um ano em um espaço diferente. Os dados e informações constantes no material elaborado por Figueiredo (2015) não explicitam quais seriam as causas das mudanças nesse período, entretanto, em dois momentos específicos, a saída da escola estava diretamente ligada aos interesses econômicos locais: em um momento a construção do prédio que abrigou o Banco Real, hoje Santander, e, em um outro momento, o local que abrigava a escola se tornou o Hotel Bragança.

Esses motivos econômicos podem nos ajudar a refletir sobre as constantes mudanças da escola naquele período, pois representa um momento histórico específico de fim da primeira

república e o momento da crise econômica enfrentada pelo mundo capitalista, conhecida como crise de 1929¹, que teve fortes reflexos, também, no Brasil, principalmente nas regiões que dependiam da economia cafeeira.

Nesse sendo, Elói Mendes, no início do século 20, era um pequeno vilarejo, que iniciava sua história e possuía uma economia vulnerável e dependente da produção do café. Ainda que com uma trajetória modesta, a pequena economia eloiense passava a sentir os reflexos da crise e da ordem capitalista, o que poderia impactar na escola recém-inaugurada, sendo obrigada a se mudar de local por várias vezes, também pelo interesse econômico como pelo reflexo da crise financeira.

Sendo uma instituição de ensino e movidos pelo nosso pensamento primário, imaginamos que é um local de solidez, mas quando estão em jogo os interesses capitalistas, a escola deve sair, abrir espaço, uma instituição que, para muitos, deveria ser sagrada é profanada, abrindo espaço aos interesses capitalistas em detrimento dos interesses da população local. Sendo assim, significativo retirar uma escola que atende a diferentes grupos de estudantes para desenvolverem a escolarização básica, o ensino primário e dar lugar à construção de um banco e um hotel.

De certo modo, retirar a escola não seria a grande questão se essa retirada representasse a busca de um local adequado e definitivo para o seu funcionamento. Contudo, a retirada da escola ocorre, num curto espaço de tempo, por quatro vezes, não parecia gerar nenhuma preocupação. Esse desinteresse pelo que ia acontecer com a escola pode ser um exemplo do descaso vivido pela educação em nosso país.

Assim, ao estudar as narrativas desse espaço de formação, de construção de cidadania, de trabalho de diversos profissionais da educação, percebe-se o quanto é importante refletir sobre as injustiças sociais existentes. Não se pretende, neste trabalho, fazer apenas um ato propagandístico da escola, mas queremos, a partir dela, pensar na condição que nossa sociedade que vive apenas da ilusão da ordem capitalista, na influência do poder econômico, na desvalorização da educação e no desrespeito nos tempos atuais de um direito assegurado em lei.

¹ Crise de 1929, também conhecida como Grande Depressão, foi uma forte recessão econômica que atingiu o capitalismo internacional no final da década de 1920. Marcou a decadência do liberalismo econômico, naquele momento, e teve como causas a superprodução e especulação financeira. O Brasil também sentiu os impactos da Crise de 1929. A área que sofreu mais com a recessão econômica foi a de produção do café – o principal produto de exportação do país. O Brasil era responsável por cerca de 70% do café comercializado no mundo, e o principal consumidor da nossa mercadoria eram os Estados Unidos (compravam cerca de 80% do nosso café). <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/crise29.htm> (Acesso: 25/04/2020)

A narrativa sobre as dificuldades enfrentadas na manutenção da Escola Estadual São Luiz Gonzaga segue explicitada nos escritos de Figueiredo (2015). Embora com dificuldades e com as contradições imanentes era preciso superá-las para não deixar a escola morrer de forma prematura.

Dessa forma, professor Carvalho, o criador da escola, manteve-se firme aos seus propósitos de dar continuidade a sua obra. No início da década de 1930, “a escola transferiu-se para um prédio que o mesmo havia iniciado a construção, na Rua Visconde de Ouro Preto (atual Rua Monsenhor Umbelino)” (FIGUEIREDO, 2015, p.81).



Figura 2 - Foto do antigo prédio, Ginásio São Luiz Gonzaga

Fonte: Arquivos do Comendador Francisco Carlos de Figueiredo

Para terminar a construção do prédio havia sido fundada uma Banda Infantil, que fazia excursões pela região tentando angariar recursos, na figura 2 vê-se o prédio ainda em construção, junto com a banda que fazia apresentações pela região buscando recursos.

Em 1930, o Professor Carvalho saiu em excursão com uma equipe de teatro e a bandinha por várias cidades do Sul de Minas, com o objetivo de angariar fundos para a construção do Colégio. Como não conseguiu os recursos que procurava, deixou Elói Mendes e foi para Carmo do Rio Claro (MG), onde fundou outro colégio. (FIGUEIREDO, 2015, p.81)

Percebemos que professor Carvalho não desaminou diante dos problemas, se em 1929 o mundo passava por uma crise no sistema capitalista, 1930 também apontava para seus

problemas políticos no Brasil², o que revela que o surgimento da escola se deu num período bastante conturbado tanto do ponto de vista econômico quanto político.

Nesse sentido, como não refletir sobre o empenho das pessoas envolvidas na história da escola, lideradas pelo professor Carvalho, que mesmo em meio à crise e revoluções que sacudiam o país, em especial essa região do sul de Minas, divida com São Paulo e não tão distante do Rio de Janeiro, procurava diferentes meios para manter a instituição funcionando.

Em 1930, a escola foi para o prédio que o professor Carvalho havia iniciado a construção. Imaginava-se que o futuro da escola parecia ser menos incerto e assim vislumbrava-se novos horizontes. Infelizmente, pelos acontecimentos posteriores, percebe-se que não.

Professor Carvalho buscou recursos de maneiras diferentes, por meio de sua banda e utilizando outras estratégias, mas não foi possível conseguir tudo que precisava e ele terminou deixando a cidade. Nos registros feitos não existem os motivos que levaram professor Carvalho a ir pra Carmo do Rio Claro, não podemos afirmar que ele tenha desistido diante das dificuldades, pois, lá chegando, seguiu por caminhos parecidos, também fundando uma escola.

1.2 Chegada dos Pavonianos, Colégio São Luiz Gonzaga

Por um período de aproximadamente vinte anos a escola foi dirigida por algumas pessoas da cidade e suas obras foram finalizadas. Contudo, a escola sofria com a falta de recursos e o prédio sentia as ações do tempo.

Em 1953, estando o colégio em péssimas condições, uma comissão de eloienses foi até Pouso Alegre (MG) para convidar a Congregação italiana dos Filhos de Maria Imaculada, conhecidos como Pavonianos, para visitar Elói Mendes, na expectativa de assumirem o Colégio. A Congregação já havia assumido o Colégio São José em Pouso Alegre.

No início de 1954, vieram de Pouso Alegre os primeiros religiosos Pavonianos³ para Elói Mendes, Padre Natal Ferloni (1916-1995), Padre Giovanni Pagani (1923-2014) e Irmão Bruno Tomazzo (1925-2000). (FIGUEIREDO, 2015, p.82)

² Ano de 1930 marca o fim da política do café com leite, representado pelos estados de São Paulo e Minas Gerais que controlavam a política. Problemas internos entre os partidos políticos **desse**s dois estados levaram ao seu rompimento, na disputa presidencial de 30, entre Júlio Prestes e Getúlio Vargas, o paulista venceu as eleições, contudo, o estado de Minas Gerais alegou fraudes, que culminou em uma Revolução levando Getúlio Vargas a condição de presidente de forma provisória. <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/fim-republica-cafe-com-leite-revolucao-1932> (Acesso: 30/04/2020)

³ A Congregação dos Filhos de Maria Imaculada, conhecidos por padres Pavonianos, ficaram assim conhecidos pelo nome de seu fundador Ludovico Pavoni.

Sabe-se que se trata de uma escola e todos concordam que uma instituição de ensino é fundamental para o desenvolvimento de qualquer comunidade, porém por que a escola estava em estado precário? Falta de recursos, ou descaso? Se precisava de alguém para assumir o prédio, por que nenhum grupo da cidade teve interesse? Quais os motivos de ter sido escolhido o grupo de Pavonianos?

Ainda, de acordo com a fonte citada, é importante aprofundar esse significado de precário. De acordo com Inés Dussel (2018), que discute a precariedade da escola, no livro *Elogio a escola*, ela trabalha a ideia de precariedade como “Foster retoma do *Oxford English Dictionary* a definição da palavra precário como uma definição do latim *precarius*, isto é, conseguido por rogo ou súplica, dependendo do favor de outro, e, portanto, incerto”. (DUSSEL, 2018 p.89)

Ao observar o significado de precário, percebe-se o quanto a situação era difícil, pois, de acordo com o dicionário, está se fazendo uma súplica e, acredita-se, que súplica seja um momento de desespero. Talvez aqui encontre-se um ponto de apoio para entender a busca pela congregação dos Pavonianos, ainda que a escola pertença ao povo da cidade, fez-se necessário que um grupo vindo de fora continuasse o trabalho. Perante a esse fato, seguiu a escola seu trabalho de constituir-se diante de tantas dificuldades.

O prédio onde se encontrava a Escola São Luiz Gonzaga, cuja construção havia sido iniciada pelo professor Carvalho, no final da década de 1920, sendo solução para as constantes mudanças ocorridas na época, encontrava-se bastante deteriorado. Após aproximadamente vinte anos, até a chegada dos Padres Pavonianos, reformas faziam-se necessárias, contudo, o poder municipal não tinha como arcar com as despesas, justificando assim o auxílio do grupo de padres italianos que já desenvolviam um trabalho semelhante na cidade de Pouso Alegre.



Figura 2 - Antigo Ginásio Municipal São Luiz Gonzaga

Fonte: Arquivos do Comendador Francisco Carlos de Figueiredo

Após o contato feito com os Padres Pavonianos, que aceitaram vir para Elói Mendes e assumir a tarefa de dar continuidade ao Ginásio Municipal São Luiz Gonzaga, uma comissão de eloienses e os padres Pavonianos, liderados pelo Monsenhor Umbelino⁴, resolveram construir um novo prédio.

Apoiados pelo Vigário Monsenhor José Umbelino de Melo Reis (1890-1974) e uma comissão de eloienses, ficou decidida a construção de um novo colégio. As obras começaram no final de 1955. Com estilo arquitetônico Colonial Moderno, as obras foram concluídas em 1958. Além do colégio, o prédio abrigaria o Seminário Menor Pavonianos, que funcionou até 1968, atendendo centenas de jovens durante sua existência. (FIGUEIREDO, 2015, p.82)

Pensando em sua fundação em 1927 até 1955, passaram-se 28 anos e podemos dividir a história da escola, até o momento, em duas fases bem distintas, uma fase anterior a chegada aos Pavonianos e uma segunda fase, posterior a chegada dos religiosos.

Após a chegada dos Padres Pavonianos novos ares permeiam a população local que, liderados por Monsenhor Umbelino e os Padres Pavonianos, resolvem construir um prédio maior no local que havia sido doado à Congregação.

⁴ Importante personagem da história de Elói Mendes no século XX, nenhum acontecimento na cidade se passava que não tivesse seu conselho decisivo, natural de Alfenas, nasceu em 1890, ordenando-se Sacerdote em 1914 pela Diocese de Campanha, chegando a Elói Mendes em 17 de fevereiro de 1924, aqui esteve a frente das mais diversas obras como a construção do Hospital Nossa Senhora Aparecida, da maternidade e do Lar São Vicente, trouxe as irmãs Beneditinas para o Ginásio Sagrados Corações, atual Targino Nogueira e os Padres Pavonianos para o Colégio São Luiz Gonzaga. (Arquivo Comendador Francisco Carlos de Figueiredo)

Para a construção do novo prédio dois pontos chamam atenção. O primeiro, os novos rumos da política nacional e o segundo o empenho da população na construção. Analisando o primeiro, o período das obras se inicia em 1955, esse período foi marcado pela política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. De acordo com seu plano de metas “o Brasil se tornará grande é uma questão de tempo”. (MENEZES, 2001, p.30).

Para Affonso Heliodoro, o governo de Juscelino Kubitschek (JK), de 1956 a 1961, buscou investir mais em educação, distribuindo recursos a pesquisa e grandes obras foram feitas, sendo educação e cultura preocupações de Juscelino.

O governo JK, entretanto, teve participação destacada no setor, com o fim de suprir deficiências locais e permitir mais prontamente a difusão da rede nacional de escolas primárias. O aumento de matrículas, de 1956 a 1959, foi da ordem de 1,5 milhão e o acréscimo da rede escolar, no mesmo período, foi de 30%. Em 1960, foram mais de 8 milhões de matrículas e mais de cerca de 100 mil unidades escolares. (HELIODORO, 2005, p.5)

De acordo com essa fonte (HELIODORO, 2005), percebe-se que houve um aumento considerável no número de matrículas nesse período no país, nesse ritmo de crescimento, a comunidade local pretendia aumentar o espaço físico da escola, aproveitando o fato de que o governo federal havia criado um programa de melhoria e construção de escolas.

Desenvolveu o governo um longo programa de reformas e construção de unidades escolares, melhoria de equipamentos e dos serviços em geral, ao mesmo tempo que cooperava com os governos estaduais e municipais e com particulares para incrementar o ensino artesanal. (HELIODORO, 2005, p.7)

Na figura 4 temos pode-se ver o início das obras para a construção do novo espaço, que abrigaria a Escola Estadual São Luiz Gonzaga, pelo grupo de pessoas que observa a máquina trabalhando no local, percebe-se que a comunidade está ansiosa para a construção, se apoiando no momento oportuno que o país vive.



Figura 3 - Construção do novo espaço para a Escola São Luiz Gonzaga

Fonte: Arquivos do Comendador Francisco Carlos de Figueiredo

Como havia um clima, ao que tudo indica, favorável à construção de um edifício para abrigar a escola, tanto a comunidade quanto os padres Pavonianos apresentaram um projeto bastante ousado. Embora não tenha sido concluído totalmente, é possível perceber a grandiosidade do projeto.

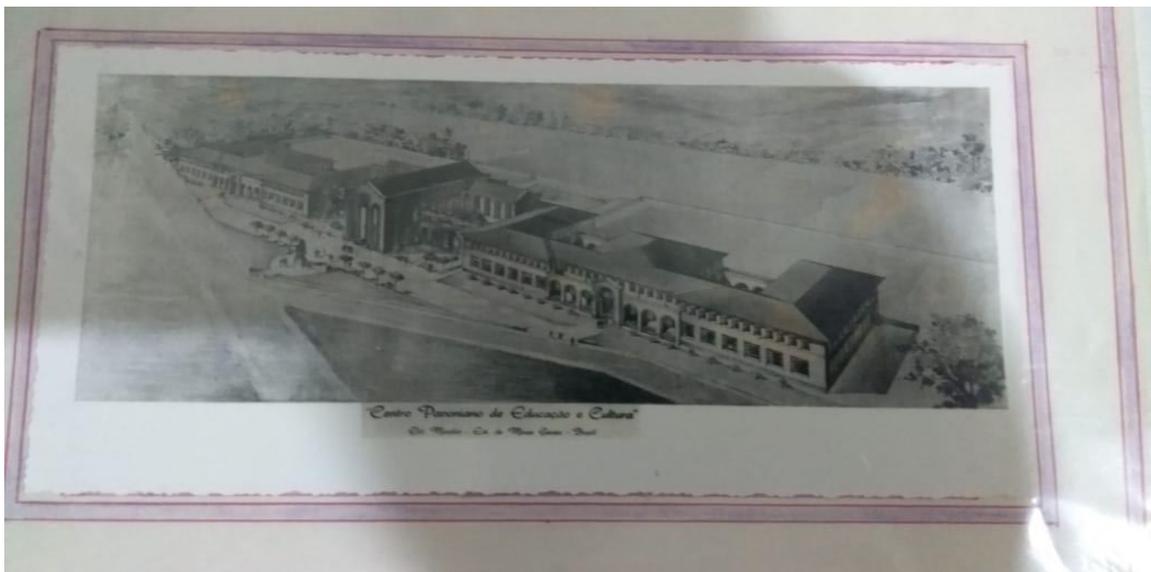


Figura 4- Projeto para novo prédio que abrigaria o Ginásio São Luiz Gonzaga

Fonte: Arquivos do Comendador Francisco Carlos de Figueiredo

Sendo admirável o objetivo que todos querem alcançar, o segundo ponto que se deseja analisar foi o empenho da comunidade local em ajudar. Doações eram feitas com sacas de café, gado para leilão, dinheiro e foram promovidas festas, com leilões de frangos, bingos e outras atrações, tudo para conseguir dinheiro e assim dar andamento às obras.

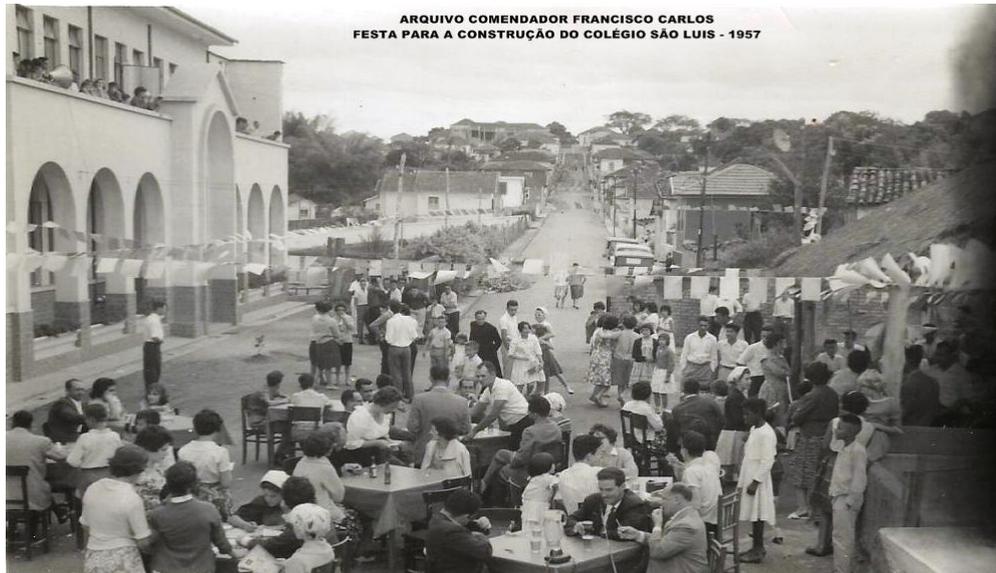


Figura 5 - Uma das festas realizadas no Colégio São Luiz Gonzaga para angariar fundos a construção do prédio.

Fonte: Arquivos do Comendador Francisco Carlos de Figueiredo

Assim, entende-se que a união desses dois fatores mencionados, uma política nacional voltada para o desenvolvimentismo e o empenho da comunidade local, impulsionada pela ordem religiosa dos padres Pavonianos, ajudam a entender a construção desse novo espaço em três anos. Se no passado o professor Manuel Moreira teve dificuldade em encontrar o espaço e, posteriormente, construir um pequeno prédio que abrigaria a escola, nessa nova fase, os fatores parecem combinar para que o caminho seja mais fácil.

Em 1968, questões importantes mudaram novamente os rumos da história do Colégio São Luiz Gonzaga. Com término do trabalho do seminário, que funcionava junto à escola, o Diretor, Padre Norberto, buscou um convênio junto à secretaria estadual de educação.

Sendo diretor Padre Norberto Didoni, foi firmado um convênio, em 1968, com o estado de Minas Gerais. Pelo convênio, o Estado pagaria os professores e o Colégio assumiria as outras despesas. Com o convênio foi possível manter o colégio. (FIGUEIREDO, 2015, p.82)

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 1961, a Lei Federal nº 4.024, tais convênios eram permitidos, uma vez que havia sido aprovada uma lei de incentivo a

instituições privadas. No período que os Padres Pavonianos assumiram o Ginásio Municipal São Luiz Gonzaga, esse passou a ser uma instituição privada, pertencente a Congregação dos Filhos de Maria Imaculada com o nome de Colégio São Luiz Gonzaga.

O incentivo financeiro era justificado pelo governo que, naquele momento, trabalhava para melhorar as taxas de analfabetismo que eram consideráveis no país e que segundo especialistas dificultavam o crescimento da nação. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em pesquisa coordenada por Jorge Rondelli da Costa, apontavam que “aproximadamente 40% da população no Brasil na década de 1960 são analfabetos”.

Outro fator importante que pode ter colaborado com a celebração do convênio entre a Secretaria de Estado da Educação e os Padres Pavonianos é o período político que o país vivia. Em 1968, a nação era governada pelos militares, que criaram seu plano de governo para a educação, pois, “em 1964, através do Decreto nº 53.886, o Plano Nacional de Educação foi extinto e substituído pela Cruzada de Ação Básica Cristã” (BRAGA, 2017, p. 39).

Por meio desse contrato, que custeava o pagamento de salário dos professores, o colégio viveu por um período de tranquilidade que se estendeu de 1968 até o ano de 2003. Como a cidade não era muito populosa, segundo dados pesquisa realizada por Lucas Manoel sobre a população eloiense, entre os anos de 1970 a 1990, a população era de aproximadamente dezenove mil pessoas, com uma concentração de metade vivendo na cidade. Os padres Pavonianos tornaram-se figuras centrais na cidade, criando raízes e cumprindo o papel que o governo pretendia com seu plano de governo. Entre os religiosos que aqui estiveram os mais lembrados são Padre Armando e Padre Natal.

Padre Armando Varesch (1913,1985), professor Física e Cientista, como nunca havia sido visto alguém deste porte na terra eloiense, ficou na direção até seu falecimento, em 8 de dezembro de 1985. Com o falecimento do Padre Armando, a Escola foi dirigida por Padre Natal Ferloni, que já tinha sido diretor quando a Congregação quando assumiu a Escola. Padre Natal já estava de volta no colégio fazia muitos anos, tendo Padre Armando como Diretor. Era de caráter firme e disciplina rígida, de caridade e espiritualidade. (FIGUEIREDO, 2015, p.83)

Os padres citados por Figueiredo tornaram-se figuras centrais na história da cidade naquele período. Segundo as pessoas que viveram aquela época seus nomes são unanimidades, figuras importantes nos acontecimentos cotidianos, fazendo com que a escola criasse fortes laços com a comunidade.



Figura 6 - Padre Armando Vareschi.

Fonte: Arquivos do Comendador Francisco Carlos de Figueiredo



Figura 7 - Padre Natal

Fonte: Arquivos do Comendador Francisco Carlos de Figueiredo

Nesse sentido, padre Natal ficou na direção do colégio até 1991, quando doente voltou para a Itália, sendo nomeado diretor Irmão Dino, que não residia em Elói Mendes, mas em Pouso Alegre, onde era diretor do Colégio São José. A direção do Colégio São Luiz Gonzaga passou a ser efetivamente exercida pelo professor Daniel Barbato.

1.3 Fim do Convênio, Escola Estadual São Luiz Gonzaga

Em 2003, o governo de Minas Gerais desfez o convênio que foi firmado pelo diretor Norberto Didoni, em 1968. Muito falou-se do fim desse acordo, um ponto de partida para tentar entender seu término, está na questão das filantropias criadas em 1959 e mantidas no governo Geisel em 1977.

Criada pela Lei 3.577, de 4/7/59, que introduziu a figura do certificado de fins filantrópicos, a isenção foi revogada no Governo Geisel, pelo Decreto 1.572, de 1977, o qual, no entanto, mantinha os certificados já concedidos e, portanto, o privilégio da isenção. (DAVIES, 2002, p. 10)

Porém, no final dos anos 1990, as entidades com fins filantrópicos passaram por um intenso questionamento. Havia diversas acusações de que algumas entidades não estariam mantendo o propósito real de uma entidade com fins filantrópicos, dessa maneira o tema passou por fortes debates.

O líder do governo no Senado na época da votação da MP 1729, José Roberto Arruda, por exemplo, sintetizou muito bem o objetivo do governo ao declarar que “não há ajuste fiscal sem acabar com a pilantropia” (*O Globo*, 30/11/98). Obviamente que o combate à “pilotropia” foi apenas pretexto para aumentar a arrecadação, pois as “pilotrópicas” existem há muito tempo e tem fortes apoios dentro dos governos e do Estado, além de financiar muitas campanhas eleitorais. O combate foi justificado com base em argumentos e em denúncias, fartamente divulgadas na imprensa, de que muitas filantrópicas não praticavam nenhuma filantropia, sendo o dinheiro economizado com a isenção de impostos e contribuições sociais usado por muitas filantrópicas para toda sorte de irregularidades, como multiplicação de patrimônio pessoal ou “pagar despesas pessoais de seus diretores e conceder vantagens a sócios e empregados. (DAVIES, 2002, p.5)

As fontes consultadas sobre o Colégio São Luiz Gonzaga não indicam nenhum registro de irregularidade, contudo, sabe-se que o fim do convênio, em 2003, resultou em um aumento da mensalidade que, segundo as entidades, tornaria inviável seu funcionamento.

As filantrópicas não tardaram a reagir às alterações contidas na MP e na Lei 9.732, alegando que a redução da isenção previdenciária significaria o fim de bolsas de estudo e de atividades sociais oferecidas pelas filantrópicas e aumento de mensalidades. (DAVIES, 2002, p.5)

Com o fim do convênio em 2003, cumpriu-se aquilo que as entidades temiam, a não possibilidade de funcionamento devido ao alto custo das mensalidades. Dessa maneira, o Colégio São Luiz Gonzaga encerrava suas atividades como escola conveniada e iniciava mais um processo de transição nessa instituição de ensino.

Surgia naquela ocasião uma tensão na comunidade, pois, com o colégio fechando as portas, não havia espaço suficiente para os alunos nas outras escolas públicas do município. Diversas reuniões foram feitas e ficou estabelecido que o estado alugaria o prédio, transformando o Colégio São Luiz Gonzaga em uma escola estadual, fenômeno incomum no Brasil, ainda mais nesse período, pois ocorreria a “estatização” de uma instituição privada de ensino. Contudo, devemos recordar que quando passou para a administração da ordem dos padres Pavonianos, o colégio era municipal. Desse modo, ao ser assumido pela rede estadual de Minas Gerais, o colégio retornaria à situação anterior de uma instituição pública de ensino.

Seu funcionamento seria no mesmo espaço, que agora deveria ser alugado pela Secretaria de Ensino de Minas Gerais, como estabelecido pelo contrato de locação de imóvel 64.194/2004, com prazo de um ano, podendo ser renovado por meio de aditivos.

Feitos os acordos de locação para funcionamento, através da Portaria 608/2004, a escola continuou seus trabalhos como um estabelecimento de ensino pertencente à rede estadual.

Nos termos do artigo 1 da Resolução SEE n 170, de 29/01/2002, do artigo 16 da Resolução CEE n 449, 24/10/02, e considerando o Parecer CEE n 37, de 10/02/04, e o Decreto n 43.739, de 05 de fevereiro de 2004, publicado em 06/02/04, fica autorizado o funcionamento da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio, situada na Rua Monsenhor Umbelino, 424, centro, em Elói Mendes. SER-Varginha.

Se a história da escola foi marcada por incertezas durante as várias mudanças, a transição para escola estadual vinha acompanhada de mais uma. Nesse momento não houve alteração de lugar como no passado, por questões legais de transição de particular para estadual seu nome teve de ser alterado para Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio.

Após algum tempo, iniciou um trabalho com a comunidade escolar para que a escola mantivesse seu nome original, São Luiz Gonzaga. Foi montado um processo que explicava a origem do nome e a importância que essa dominação possuía na comunidade local. Em 16 de maio de 2005 foi enviado o Ofício n° 174/2005, solicitando a mudança de denominação.

De acordo com a Res. 449, em seu Art.51, esclarecemos que ao optarmos em alterar a denominação de E.E. de Ensino Fundamental e Médio para Escola Estadual “São Luiz Gonzaga” de Ensino (5 a 8 série) e Ensino Médio estaremos preservando as relações culturais do município.

No mesmo documento, encontramos indícios de que todas as dificuldades enfrentadas ao longo do tempo fizeram com que a escola criasse forte laços com a comunidade. “Ressaltamos, que para os eloienses, o nome ‘São Luiz Gonzaga’ está inserido na história do município, porque desde os primórdios da história eloiense, o nome São Luiz Gonzaga sempre esteve ligado ao processo educacional da localidade” (Ofício n° 174/2005)

Em novembro daquele mesmo ano, por meio da Lei n 15.826/2005, o pedido do processo foi atendido e a escola teve seu nome reestabelecido, “Art. 1. Fica denominada Escola Estadual São Luiz Gonzaga a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio situada na Rua Monsenhor Umbelino 424, no município de Elói Mendes.”

No período de 2004 a 2015, a escola viveu um momento de relativa tranquilidade, desenvolvendo seu trabalho, recebendo um número considerável de alunos, chegando a 865 alunos em 2016, em turmas de sexto ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio.

Porém, a partir de 2017, a situação do aluguel do edifício ficou fragilizada, consequência do não pagamento feito pela Secretaria do Estado de Minas Gerais. Esse não pagamento gerou incertezas em todos envolvidos, pois devido aos atrasos iniciam rumores que os padres Pavonianos não renovariam o contrato, sem renovação a escola não possuiria um local para funcionar.

1.4 Um novo local e as incertezas

No dia 25 de agosto de 2018, foi feita uma reunião entre os representantes dos Pavonianos e a direção da Escola Estadual São Luiz Gonzaga. Entre os assuntos tratados, foi discutido o não pagamento do aluguel e se os padres renovariam o acordo que terminaria em agosto do ano seguinte. Essa reunião está registrada em Ata nº 1, de 25/08/2018, sobre o questionamento feito acerca da renovação do contrato de aluguel, o representante dos Pavonianos esclareceu o seguinte, segundo registrado na Ata nº 1: “Pe. César explicou que as posições só serão tomadas após o novo governo do Estado assumir, pois de acordo com a Superintendência o Estado não precisa alugar o prédio de propriedade da AOPA, pois tem como realocar os alunos para prédios próprios”.

Naquele momento a situação da escola era crítica, uma vez que o próprio estado demonstrava que não tinha o desejo de renovar o aluguel e desejava redistribuir os alunos em outras instituições de ensino, ainda sobre o atraso do aluguel o Pe. César revelou que “os Pavonianos estavam instaurando contra o Estado uma ação de despejo, na tentativa de receber o aluguel que estava em atraso” (Ata nº 1, 2018).

A partir dessa reunião, iniciou-se uma corrida contra o tempo, pois era preciso provar que realocar os alunos em outras escolas não era viável para nenhuma instituição de ensino, já que seriam mais de 800 alunos e que o mais funcional seria conseguir um novo local para que a escola continuasse seu trabalho.

Após aproximadamente 100 anos de sua fundação, a escola necessitava de um novo local, o antigo problema vivenciado nos anos iniciais da instituição voltava a assombrar a sua existência.

Todos os envolvidos tinham agora duas tarefas para resolver em um curto espaço de tempo: primeiro, demonstrar que distribuir os 800 alunos entre as duas escolas estaduais mais próximas não era a melhor opção, já que poderia impactar no trabalho já realizado naquelas instituições; segundo, encontrar um novo local para abrigar a Escola Estadual São Luiz Gonzaga

De acordo com o superintendente regional de ensino daquele período, não era desejo da Superintendência Regional fechar a escola, mas tínhamos que encontrar um local para a escola funcionar e que não fosse necessário pagar o aluguel, uma vez que a ordem era a de cortar gastos.

Foram meses complicados, pois encontrar um novo local exigiu persistência de todos: professores, alunos e até alguns pais que se empenharam para conseguir resolver esse problema. Aconteceram reuniões com prefeito, que na época estava em transição e, como a situação não avançou muito, manifestações pelas ruas foram feitas, com cartazes, para chamar a atenção e sensibilizar as autoridades, houve também a participação da televisão.

Com a eleição do novo prefeito as negociações avançaram e um novo local foi destinado à escola. Esse local era o prédio onde funcionava a prefeitura e que, no anterior, abrigara a Escola Estadual Targino Nogueira, que atualmente funciona em outro espaço.

O novo espaço, que agora abrigaria a escola, não foi doado, mas seu uso condicionado a termo de empréstimo, sendo o prédio ainda da prefeitura, como está descrito no “termo de permissão de uso”, publicado em 11/07/2019: “É objeto deste termo a permissão gratuita do direito de uso do imóvel situado na Rua Cel. Antônio Pedro Mendes, 225.”

Nesse mesmo termo, ficou definido o período que foi permitido a escola permanecer neste espaço, “é de 20 (vinte) anos o prazo de vigência da permissão de uso do imóvel.” Pelo termo vemos que novamente a solução quanto ao lugar para a escola não é definitivo, já que passado esse período, de acordo com o termo, o espaço deve voltar à prefeitura, “ao término do contrato, devolver o imóvel ao PERMITENTE”. Dessa maneira, ainda que por esse prazo, e muitos possam pensar que é muito tempo, o trabalho da escola ainda não acabou, pois sabemos que o tempo passa rápido e ao término desse prazo, a escola corre riscos novamente.

A mudança não foi fácil. O espaço que a escola tinha era em um prédio amplo e ao longo do tempo a escola adquiriu uma grande quantidade de mobiliário, aparelhos eletrônicos, carteiras, objetos esportivos etc.

Nesse sentido, com a publicação do decreto, a mudança não foi imediata, pois o prédio para o qual a instituição escolar iria funcionar a prefeitura, que também mudaria. Assim, a mudança da escola estava condicionada a mudança deles, foi somente após a deslocação da prefeitura que a escola pode realizar sua mudança de prédio.

Como se aproximava o término do ano letivo, a superintendência entendeu que era melhor encerrar as atividades pedagógicas para então iniciar a mudança. Os sentimentos se misturavam e se confundiam entre a tristeza causada por ter que sair daquele que era seu lugar

há tanto tempo e a alegria por saber que a escola não acabaria, como muitos chegaram a acreditar.

Com o fim do ano letivo e com o contrato entre Pavonianos e Estado terminado, a mudança começou, processo que não foi fácil e contou com os trabalhos de voluntários, alunos, professores, empréstimos de caminhões para que o transporte dos equipamentos e do mobiliário da escola pudesse acontecer.

Realocar os pertences da escola em um novo local também não foi tarefa fácil! O prédio para onde a escola mudou era reduzido, espaços menores e, devido a isso, nem tudo pôde ser organizado perfeitamente. Esse trabalho deveria acontecer lentamente, ao longo do ano letivo, e como a mudança ocorreu no mês de janeiro era preciso preparar inicialmente as salas de aula para a chegada dos alunos para o ano letivo de 2020.

Enquanto as salas eram preparadas, todos sabiam que seria um ano de incertezas, pois como se desenvolveriam agora os trabalhos naquele novo lugar? Como seria a recepção dos alunos que estavam no outro espaço? Como seria com os novos alunos que estavam chegando e como os professores reagiriam? Afinal, esse novo espaço exigiria uma nova dinâmica de trabalho, uma nova rotina, outra forma de se relacionar com o espaço.

Com todas as dificuldades enfrentadas pela mudança de edifício, o ano de 2020 se iniciava e, entre os profissionais da escola, havia um misto de sentimentos de vitória, por não ter deixado a escola acabar, como se imaginou, mas também a incerteza de como seria em um novo local, que era totalmente diferente do anterior.

Nesse edifício já havia funcionado no passado uma escola, mas em um período totalmente diferente de agora, com salas diferentes, corredores menores, banheiros e cantinas menores, assim como um espaço ainda não totalmente preparado para as aulas de educação física.

Entre os alunos que chegavam era possível perceber o estranhamento dos olhares, principalmente entre aqueles que estudaram no antigo prédio e agora viam o outro espaço com muita desconfiança.

Todas essas incertezas, só poderiam ser respondidas com o início das aulas, mas elas não puderam ser totalmente respondidas, pois, com o agravamento da Pandemia da Covid-19, as aulas foram suspensas tendo ocorrido poucos dias de letivos no novo espaço.

Com a suspensão das aulas, houve um pouco tempo para adaptar ao novo local. Nesse sentido, as dúvidas sobre quando as aulas retornariam ainda pairavam no ar, porém a escola conseguiu um tempo para se organizar melhor, planejar seus espaços dentro do que foi possível naquele período de isolamento social promovido pela pandemia.

Analisando os fatos que se sucederam com essa instituição de 1927 até os nossos dias, fica aqui um questionamento, como identificar a Escola São Luiz Gonzaga?

Vimos que em sua trajetória, essa instituição passou por diferentes momentos, sendo municipal, particular-conveniada, estadual com espaço alugado e estadual como local cedido.

Nas narrativas fica evidente que a escola tem um importante papel na história da população local, porém é difícil afirmar sobre qual momento dessa história está sendo falado, já que gerações diferentes passaram pela escola e para cada qual teve seu momento, nesse sentido, com tantas mudanças, a escola tem dificuldade de firmar qual é sua identidade, se para Santos (1996) vivencia-se uma época que é cada vez mais difícil ser linear, a escola pode ser um exemplo de que esta falta de linearidade impactou diretamente na sua condição identitária e hoje, quando a escola clama por socorro pela falta de um local, acredita-se que uma conjunção de elementos podem ter feito caminhar para essa direção, entre esses elementos sua falta de identidade, “já que este processo de mudança tem abalado os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável” (HALL,2006).

CAPÍTULO 2 – O ARCABOUÇO LEGAL E A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

Neste capítulo propõe-se apresentar alguns caminhos trilhados pela educação brasileira a partir de 1930 e analisar como a legislação evoluiu referente a educação nesse período. A escolha por esse período dá-se para que seja feito, posteriormente, uma investigação sobre os acontecimentos ocorridos com a Escola Estadual São Luiz Gonzaga e, assim, promover uma reflexão sobre os encontros e desencontros ao longo do tempo que possam nos ajudar a compreender a situação que a escola se encontra hoje e apontar novos horizontes e novas perspectivas.

A partir de 1930, o Brasil passa por uma série de transformações tanto econômicas e políticas que vão impactar diretamente no âmbito educacional. A educação foi sempre apontada como uma das possíveis soluções para os problemas da sociedade, mas, aparentemente, nunca foi verdadeiramente levada a sério por seus governantes. Mesmo que os discursos não apontem nessa direção, a educação seria carro chefe dos governos, mas, na prática, o que ocorreu se mostrou muito diferente do real, esquecida em alguns governos ou usada apenas como forma de promoção, a educação seguiu longe de um caminho que fosse seguro e promovesse a garantia do direito à uma educação de qualidade para todas as pessoas.

Nas poucas tentativas de mudança que foi colocada no contexto educacional, ela ficou “condicionada a leis, decretos, regulamentos, pareceres e normas baixados pelos órgãos superiores” (ROMANELLI, 1986, p.13).

Nesse contexto, perceber-se que o tema não é importante apenas para pesquisas acadêmicas, mas é através dela que podemos garantir a cidadania, tema discutido desde a Grécia antiga, o termo definia aqueles que possuíam direitos ou não, limitando-se uma pequena parcela da população grega. Ao longo da história da humanidade várias lutas existiram pela garantia da cidadania.

Diferentemente do passado, em nosso país, a cidadania é garantida na Constituição Federal que, em seu Art. 1º, inciso II, determina que essa é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

Nesse sentido, entendendo que a educação faz parte da cidadania ou que ela é condição para o exercício da cidadania, compreende-se que o sistema educacional não deve ser tratado com descaso, muito menos como instrumento político, mas como um meio importante para a constituição do ser.

Por essa definição, temos uma dimensão da importância de uma educação construída por meio de uma legislação que clara e objetiva que, ao mesmo tempo, constitui-se de um dever, já que seu exercício implica na participação da vida política e essa, por sua vez, irá definir os rumos de todo um conjunto de decisões que influenciam na vida de todos no país. Assim, seu exercício torna-se também uma responsabilidade.

Dentro do recorte temporal analisado neste estudo, percebe-se que ocorreram movimentos de cunho político e econômico significativos em nossa história a partir de 1930, tendo impacto direto no desenvolvimento do nosso sistema educacional, pois, segundo Romanelli (1986, p. 14), “a forma como evolui a economia interfere na evolução da organização de ensino”.

As transformações pelas quais a educação brasileira passou desde os anos 1930, no entanto, não foram suficientes, ainda hoje, para resultar em uma educação de qualidade. No início dos anos 1990, uma pesquisa realizada por Benevides (1984), sobre o eleitorado brasileiro, revela uma situação que pode ser considerada longe do ideal. Essa pesquisa referente ao eleitorado nos ajuda a compreender como a educação havia caminhado nos últimos anos

Os dados sobre o perfil do eleitorado nacional, em 1989, falam por si: 30% de analfabetos e semianalfabetos, 90% de não-sindicalizados, 20% que desconheciam o nome do então presidente da República, 75% com renda familiar abaixo de 2,5 salários mínimos. Dos 83 milhões de eleitores, apenas 8% tinham mais de 12 anos de escolaridade (esta taxa cai para 4% no Nordeste). Em São Paulo, o Estado mais desenvolvido da federação, 61% do eleitorado não terminaram o 1º grau. (pesquisa IBGE e PNAD, 1989, 1990). (BENEVIDES, 1994, p.4)

Os dados apurados ajudam a entender que os desafios eram grandes e se modificavam de região para região do Brasil, e que as leis referentes a educação criadas a partir de 1930 não conseguiram fazer com que o Brasil efetivasse uma educação de qualidade. Nesse sentido, a renovação de LDB em 1996 seria um importante avanço para possibilitar a melhoria do quadro apresentado.

Se os dados da pesquisa realizada por Benevides (1984) preocupavam, uma pesquisa mais recente, realizada pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mostra que nos últimos anos a educação pouco evoluiu.

No Brasil, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que finalizaram a educação básica obrigatória, ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio, passou de 47,4%, em 2018, para 48,8% em 2019. Também em 2019, 46,6 % da população de 25 ou mais de idade estava concentrada nos níveis de instrução até o ensino fundamental (UFJF, Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais, 2020)

As pesquisas revelam resultados preocupantes, mas retornando à primeira metade do século XX, os anos que seguiram a década de 1930 mostraram que o Brasil se tornou um grande caldeirão de acontecimentos, alguns deles foram importantes e trouxeram vitórias para a educação. Contudo, os dados revelados em estudos mais recentes indicam que estamos longe do desejado para uma educação que reflita em uma cidadania ativa.

Nesse sentido, embora os dados da pesquisa ainda apresentem um Brasil que precisa melhorar, eles também demonstram o quanto a legislação brasileira referente a educação precisa ser entendida para que se possa garantir melhorias no ensino.

Para proteger a cidadania, presente em nossa Lei maior, é preciso ter conhecimento. Um dos caminhos para atingir esse conhecimento é a educação, outro ponto defendido pela Constituição, como afirmado no art. 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Estar na Constituição não implica em garantia de que esteja ocorrendo na realidade. Estar na Constituição não significa que o país sempre esteve consciente e que esteja atualmente, consciente da importância da educação, principalmente pelo histórico de negligência do direito à cidadania.

2.1 A Evolução da Legislação Educacional

A década de 1930, como já mencionado, foi uma década frutífera de acontecimentos e de revoluções, iniciada a partir da Revolução de 1930, esse fato que conduziu Getúlio Vargas ao poder, esta década inicia-se como resultado da crise de 1929, quando a queda da Bolsa de Nova York levou ao colapso econômico todos os países que, de alguma forma, estavam ligados ao sistema econômico estadunidense. No Brasil a crise desestabilizou o sistema político e revelou o quanto a economia era dependente da exportação desta *commoditie*.

Em 1929, as economias mundiais autônomas tentaram transferir para os países economicamente dependentes os efeitos da crise mundial. E o Brasil foi atingido, ficando entregue a sua própria sorte para resolver os problemas que lhe vinham de fora e que se complicavam com o aspecto agudo que lhe acarretava a crise de superprodução de café. (ROMANELLI, 1986, p.47)

Esses fatos marcaram a ruptura da política do café com leite, reflexo da crise de 1929. E, a partir a chegada de Getúlio Vargas ao poder, cria-se uma forte expectativa para aqueles

que acreditavam que o Brasil caminharia rumo à modernidade, com a chegada do novo presidente e queda das antigas oligarquias.

O momento, além da transição política, marca o início de uma mudança de um Brasil maciçamente agrário exportador de matérias-primas, para um Brasil que quer industrializar-se. Essa transformação de mentalidade, resultado da mudança do modelo de produção, também produz a necessidade de um novo trabalhador, que chega da zona rural para morar nas cidades.

A contar de 1930, o ensino expandiu-se fortemente, por causa do crescimento sensível da demanda social de educação. O crescimento da demanda foi, por sua vez, o resultado de dois fatores concomitantes: o crescimento demográfico e a intensificação do processo de urbanização. O primeiro é responsável pelo crescimento da demanda potencial de educação e o segundo, pela evolução dessa demanda, que se torna aos poucos demasiado efetiva (ROMANELLI, 1986, p.14)

De acordo com a autora, a década de 1930 foi de significativas mudanças para o Brasil, constituindo-se em um momento de expansão do ensino brasileiro. Embora a década tenha sido precedida da crise de 1929, essa, por sua vez, mudou os rumos da política brasileira. A chegada de um novo presidente, aliado a necessidade de modernizar a indústria brasileira, que em virtude da crise cafeeira tentava se firmar de vez, assim “a crise no café, fez algumas pessoas redirecionassem certo capital a industrialização” (ROMANELLI, 1986, p. 15).

Ainda nas palavras da autora, tem-se o crescimento demográfico urbano. O processo de urbanização também contribuiu para que o ensino se expandisse.

O crescimento da demanda social de educação pode ser tomado como outro indicador de necessidades do desenvolvimento, uma vez que ele revela aspectos sociais de desenvolvimento, por traduzir o aparecimento e crescimento de novas camadas, assim como a evolução de uma consciência social do valor da educação. (ROMANELLI, 1986, p.27)

No ciclo de mudanças que ocorreram nesse período tem-se também a influência do trabalhador imigrante, especialmente oriundos de países europeus e que possuíam maior conhecimentos das leis. Ao observarem a precariedade do trabalho passam a fazer mais exigências.

Por outro lado, o êxodo rural fez crescer o operariado urbano e este, por influência de origem europeia já havia feito irromper as primeiras greves. Cresceu, portanto, o nível de reivindicações das várias camadas sociais e seus elementos mais lúcidos lideraram vários movimentos que atingiram desde o operariado até a burguesia industrial. (ROMANELLI, 1986, p.49)

Nesse sentido, temos três pontos que se convertem: a tímida industrialização, o crescimento demográfico urbano, influência do trabalhador de origem europeia. Esses três pontos, somados as mudanças políticas, sinalizam em uma transição sociocultural, pois os

trabalhadores necessitam de um conhecimento diferente para exercer seu trabalho nas máquinas e, ao mesmo tempo, por influência dos trabalhadores europeus, passam a exigir seus direitos.

Dessa forma, observa-se que a década de 1930 foi um tempo fértil para a discussão sobre a sociedade e a educação no Brasil, com a exigência de ampliação da educação e a existência de movimentos liderados por imigrantes, que vindo de países que estavam em um estágio mais avançado de industrialização, possuíam maior experiência com leis trabalhistas se articulavam com os brasileiros na exigência por direitos.

A década de 1930 que se mostrava promissora em relação a educação, trouxe, porém, poucas mudanças, já que temos um período conturbado da história, fruto da personalidade contraditória de Getúlio Vargas. Chegou à presidência através de uma Revolução, prometendo modernidade, principalmente na política brasileira, mas governou de forma autoritária. Promoveu uma constituição com voto secreto e direto, mas foi eleito em 1934 de forma indireta, governou de maneira fascista, mas entrou na Segunda Guerra Mundial, contra o fascismo e, durante o Estado Novo, acabou utilizando a educação como forma de promover sua imagem.

Nesse viés, o contexto da década de 1930 mostrava-se diferente, após assumir o poder, Getúlio Vargas prometia modernizar o país, e pressionado pela Revolução Constitucionalista de 1932, apresentava a nova Constituição de 1934, que em relação a educação estabelecia:

Art 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Se Getúlio Vargas se apresentava como o protetor da educação e em seu governo se aproveitaria dela para se promover. Segundo Romanelli, o crescimento ao qual o Brasil passava, exigia mudanças quanto ao ensino.

A contar de 1930, o ensino expandiu-se fortemente, por causa do crescimento sensível da demanda social de educação. O crescimento da demanda foi, por sua vez, o resultado de dois fatores concomitantes: o crescimento demográfico e a intensificação do processo de urbanização. O primeiro é responsável pelo crescimento da demanda potencial de educação e o segundo, pela evolução dessa demanda, que se torna aos poucos a demanda efetiva (ROMANELLI, 1986 p.14)

Sendo assim, por meio da personalidade contraditória de Getúlio Vargas, suas ações também seguiam seu caráter, se o artigo 149, cita que a educação é direito de todos, e Romanelli, justifica que a demanda tem crescido, o item e do artigo 150 exige uma reflexão, pois no item

e do Art. 150 explicita a “limitação da matrícula à capacidade didática do estabelecimento e seleção por meio de provas de inteligência e aproveitamento, ou por processos objetivos apropriados à finalidade do curso.”

Ao colocar que haveria uma limitação de matrícula além de seleção, essa medida poderia impactar negativamente aqueles que procurariam as instituições de ensino, já que fazer um teste para se entrar na escola não é o caminho mais fácil para um país que possuía muitas pessoas analfabetas. Com toda esperança que se tinha a Constituição de 1934, pouco conseguiu contribuir com vistas à ampliação do acesso à escola e, por conseguinte, com a garantia do direito à educação.

A Constituição de 1934, teve pouco tempo para produzir alguma mudança efetiva no Brasil, procurando se manter na presidência por mais tempo e alegando que forças comunistas desejavam o poder, em 1937, Getúlio, através de um golpe de Estado, institui o Estado Novo, rompendo com todas as ideias de liberdade e modernização que havia prometido anos antes, mas contando com o apoio de amplos setores da sociedade.

A maioria da burguesia, no entanto, recebeu o golpe com simpatia. Ele teve apoio das forças armadas e deu a Getúlio Vargas amplos poderes para realizar o remanejamento da estrutura do Estado que a Revolução de 1930 vinha reivindicando. A política liberal do Governo é substituída por um dirigismo estatal, que favoreceu a indústria. (ROMANELLI, 1986 p.50)

Como a autora apresenta o Governo recém-instalado, surge apoiado pela burguesia e forças armadas, que apoiando o presidente, vão lhe fornecer meios para se manter na presidência. Como já citado por Romanelli, os acontecimentos políticos e econômicos interferem na educação e, desse modo, a criação do Estado Novo também irá interferir e produzir efeitos no sistema educacional brasileiro.

Diferentemente da Constituição de 1934, a nova Carta Magna, não tratava a educação como um direito de todos. Neste sentido, a educação perdeu seu papel protagonista na constituição, entrando em um processo chamado por Romanelli de hibernante. Nesse sentido, o período conhecido como Estado Novo é marcado pelo autoritarismo de Getúlio, nele é possível ver uma intensa propaganda da imagem do presidente voltada para o ensino nessa época. Contudo, é muito mais um ato de culto ao líder que propriamente uma preocupação com a educação. Aqueles que desejam mudanças realmente no ensino nesse período, muitas vezes, foram calados pelo regime, pois

teve o movimento renovador da educação de entrar em hibernação, como já o dissemos, menos pela ação dos seus membros, que continuaram a lutar no terreno da ação pessoal, e mais pela movimentação das ideias, agora sem condições de serem externadas (ROMANELLI, 1986, p.153).

Em 1946, Getúlio Vargas deixa a presidência e em seu lugar assume Eurico Gaspar Dutra. A queda de Getúlio Vargas é mais um ato contraditório dentro a tantos feitos que marcaram seu governo. Sabe-se que Vargas tinha simpatia pelos governos fascistas europeus, contudo, vendo vantagens junto aos Estados Unidos, acabou declarando guerra as tropas do Eixo. Ao fim da Segunda Guerra, o exército volta fortalecido do conflito e os militares exigem que o presidente deixe a presidência.

Ao sair do poder, o novo presidente eleito não é uma oposição a Getúlio, muito menos a política por ele implantada, inclusive é justamente o poder que Vargas mantinha junto aos trabalhadores que abriu caminho para o General Dutra.

O populismo de Vargas implantara-se de forma que já não podia ser erradicado. O presidente eleito após a queda de Vargas só foi graças ao apoio que este lhe dera. Dutra não representava em princípio, a oposição a Vargas. (ROMANELLI, 1986, p.51)

A chegada do novo governo, no entanto, ainda que não sinalizasse mudanças na sociedade, trouxe consigo uma nova constituição. A Constituição de 1946, no que se refere a educação colocará em seu texto a educação como um direito novamente: “Art. 166 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.”

Dessa forma, como expresso no Art. 166 da Constituição de 1946, a educação voltou a ser tratada como um direito de todos, diferentemente da Constituição de 1937 que suprimiu esse artigo. Por meio do artigo, percebe-se o cunho mais liberal apresentado pela nova Constituição e maior preocupação com o aprendizado, com a educação no país.

Essa preocupação também pode ser percebida pelos artigos seguintes que se preocuparam com os recursos financeiros destinados à educação. O artigo 169 explicitava que, “anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção de desenvolvimento do ensino.” Ainda que esses recursos com o tempo se revelassem insuficientes para a educação, era uma demonstração de mudança em relação aos anos anteriores, que se pode entender como algo positivo.

Outra mudança importante para esse período em relação a educação refere-se a proposta colocada a partir de 1948, a fim de regularizar uma legislação destinada especificamente a educação, a partir da Constituição de 1946.

Foi, pois, baseado na doutrina elaborada pela Carta de 1946, que o então Ministro da Educação, Clemente Mariani, constituiu uma comissão de educadores com o fim de estudar e propor um projeto de reforma geral de

educação nacional. Em 1948, esse projeto dava entrada na Câmara Federal, seguido de mensagem presidencial. (ROMANELLI, 1986, p.171)

Os debates iniciados em 1948 culminaram na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Federal nº 4024 de 1961, que seria a primeira lei, relativa ao ensino brasileiro. Como podemos observar foram trezes anos de debates, num período carregado de acontecimentos.

No plano político, temos o retorno e suicídio de Vargas, mesmo sendo amado pela população e chamado de “pai dos pobres”, havia toda uma insegurança de como seria o governo de Getúlio, se respeitaria a constituição, se caminharia para um caminho autoritário como já feito anteriormente e qual o reflexo para a educação, que por meio da Constituição de 1946 havia dado tímidos progressos.

O governo de Getúlio Vargas de 1951 a 1954 foi bastante conturbado e culminou com o suicídio do presidente, gerando insegurança e instabilidade política ao país. O seu sucessor seria Juscelino Kubistchek, com tom modernizador, que prometia mudanças profundas na sociedade brasileira com amplas reformas em diferentes setores, por meio do seu plano de metas.

Em relação a Lei que regulamentaria a educação, no período marcado pelos governos de Vargas e Juscelino, houve foi uma intensa discussão em torno da elaboração dessa lei nacional, o que retardou sua implantação, como já foi assinado, uma longa luta cheia de marchas e contramarchas, que iriam resultar na Lei 4.024, votada em dezembro de 1961, isto é, 13 anos depois (ROMANELLI, 1986).

Nesse viés, longo período de lutas reforça o quanto a área educacional suscita discussões, podendo revelar diferentes interesses para grupos diferentes carecendo de um projeto que seja realmente em prol do aprendizado.

Na década de 1961, o país entrava em um dos momentos mais críticos da história brasileira. Jânio Quadros é eleito por meio do símbolo do populismo e clamor das classes mais humildes, mas não foi capaz de suportar as pressões políticas e terminou renunciando. Abria-se um momento de incertezas na política brasileira, uma vez que seu sucessor, João Goulart, não conseguiu assumir a presidência, resultando dos embates da guerra fria e seus reflexos na política nacional.

Com todos esses percalços é nesse mesmo ano que a Lei 6024/1961 é aprovada, trazendo algumas melhorias em relação ao direito à educação, garantindo-o como direito, mesmo com todas as discussões e dificuldades que se apresentaram em relação ao projeto. Porém, a lei estava longe de resolver os problemas da educação. As dificuldades de sua aplicação revelaram o quanto a educação no Brasil possuía duros desafios estruturais, que somente com aplicação

de uma lei não era possível resolver. “Uma coisa, porém, é certa, nenhuma lei é capaz, por si só, de operar transformações profundas, por mais avançada que seja.” (ROMANELLI, 1986, p.179).

No recorte temporal tomado como objeto de análise neste estudo, acredita-se que uma das grandes vitórias até aqui apresentadas seja justamente o ensino primário que havia se tornado obrigatório. No entanto, a Lei 4.024 de 1961, que deveria proteger essa vitória acabou deixando de lado essa conquista, pois, segundo o Art. 30, parágrafo único, “constituem casos de isenção (da obrigatoriedade), além de outros previstos em lei: a) comprovado estado de pobreza do pai ou responsável, b) Insuficiência de escolas”

Essa particularidade da Lei Federal 4024/1961 colocada em contraste com a realidade social brasileira da época, resulta numa isenção do poder público quanto a oferta do ensino. Para Romanelli (1986), o Brasil possuía um quadro de pessoas de condições muito difíceis e, para ajudar no sustento do lar, as crianças brasileiras acabavam tendo que trabalhar desde muito cedo, deixando os estudos de lado.

Se atentarmos para o fato de que, na época, a maioria da população ativa da nação ganhava salário que não era suficiente para a simples sobrevivência, que a parte não ativa da população adulta, assim o era por causa do desemprego e constituía um contingente superior à população ativa que a economia de subsistência geradora de um estado de pobreza crônica ocupava a maior parte do território nacional e, finalmente, que, segundo dados do censo de 1964 (portanto de 3anos depois da lei) nesse ano, 33,7% das pessoas de 7 a 14 anos não frequentavam escolas, em sua maioria por falta destas. (ROMANELLI,1986, p.181)

De acordo com a pesquisadora, a maioria da população não ganhava salário suficiente para o sustento, assim, muitos teriam que ajudar no sustento da casa, ficando desobrigados a participar das aulas, isentando o Estado de sua real responsabilidade.

Nesse sentido, a primeira tentativa de regularização do ensino brasileiro culminou em uma série de contradições, revelando o quanto a educação necessitava avançar. Contudo, não se pode negar que avanços haviam sido feitos, principalmente em relação às legislações anteriores, daí a importância da primeira LDB para o aprimoramento da educação brasileira.

Na rota dos acontecimentos, a Lei 4.024, teve um curto período de existência. Com o acirramento da guerra fria, a renúncia de Jânio Quadros e as dificuldades de João Goulart para assumir a presidência resultando no golpe de 1964 e conduzindo os militares ao poder, uma nova constituição é imposta ao país em 1967.

No quadro de mudanças e incertezas que se costurou em 1964, com a chegada dos militares ao poder, a nova Constituição manteve a educação como um direito, em seu Art. 168,

a Constituição de 1967 explicitava que “a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana”.

Ainda que mantivesse em seu texto original a educação como direito, uma nova lei para regulamentar o ensino seria discutida e elaborada. Essa nova Lei tem uma meta bem definida, principalmente com os rumos que a política brasileira havia tomado no período de Guerra Fria.

O início do governo militar, em 1964, não apontava para mudanças na educação. Somente a partir de 1968 é que modificações nas leis de educação são promovidas, não por questões sociais que necessitassem ser debatidas e enfrentadas pela educação, mas por necessidades econômicas e políticas da época.

Se o significado da educação como fator de desenvolvimento foi percebido desde o início da implantação do novo regime, isso não foi demonstrado, pelo menos em toda sua plenitude, senão a começar de 1968. Como esse ano assinala também o início de mudanças mais profundas na vida da sociedade e da economia. (ROMANELLI, 1986, p.195)

O país, financiado por empréstimos internacionais, iniciou uma série de obras, o que parecia impulsionar a economia naquele momento, gerando emprego e uma tentativa de modernização. A modernização exigiu uma nova mão de obra, mais especializada, forçando os militares a pensar na educação e, dessa maneira, as mudanças no sistema de ensino, não nasceram de uma filosofia educacional voltada para o futuro do país, mas de uma necessidade mercadológica momentânea, principalmente com o momento chamado de “milagre econômico”.

De 1968 a 1974 a economia brasileira cresceu a uma taxa média de 10% ao ano, crescimento este sem paralelo na história econômica brasileira. Este fenômeno veio a ser apelidado por alguns de “milagre brasileiro”, embora para outros, como para Delfim Neto, a terminologia esteja mal empregada pois milagre diz respeito a eventos inexplicáveis, que não seria o caso do fenômeno em pauta. (SILVA, 2004, p.186)

Sabe-se, hoje, que o mecanismo que condicionou o milagre econômico, como apontado por Delfim Neto, não foi um milagre, tendo graves consequências para a economia brasileira no final da década de 1980 (SILVA 2004). Nesse ponto, não é objetivo fazer uma análise econômica do Brasil, mas entender como as mudanças econômicas trouxeram impactos na legislação educacional com forte influência dos Estados Unidos.

Em seu trabalho, Romanelli (1986) também destaca a influência estadunidense na educação.

[...] acabou por servir de justificativa para a assinatura de uma série de convênios entre o MEC e seus órgãos e a *Agency for International*

Development (AID) – para assistência técnica e cooperação financeira dessa Agência à organização do sistema educacional brasileiro. Este é, então, o período dos chamados “Acordos MEC-USAID (ROMANELLI, 1986, p.196)

Esse acordo feito entre um órgão brasileiro e um órgão dos Estados Unidos, demonstrava uma forte aproximação dos países e dos seus modelos políticos. Os estudos feitos por essa aproximação geraram um relatório indicando que a política educacional no Brasil necessitava de mudanças. Assim, “por influência da assistência técnica dada pela USAID, a necessidade de se adotarem, em definitivo, as medidas para adequar o sistema educacional ao modelo do desenvolvimento econômico que então se intensificava no Brasil” (ROMANELLI, 1986, p.196), observa-se, portanto, que as mudanças feitas na LDB e que deram origem à Lei Federal nº 5.692 de 1971, tinham um propósito referente a produção de mão de obra.

A Lei 5692/71 trazia como principal mudança a obrigatoriedade referente ao primeiro grau, diferente da LDB 6024/61, quando a obrigatoriedade se referia ao ensino primário, “a obrigatoriedade foi aumentando no decorrer dos anos na LDB/61, apenas o ensino primário era obrigatório, na LDB/71 a obrigatoriedade era do 1º grau” (FORTE, 2018 p.03)

Observa-se como estava disposto na Lei 5692/71

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

§ 1º Para efeito do que dispõe os artigos 176 e 178 da Constituição, entende-se por ensino primário a educação correspondente ao ensino de primeiro grau e por ensino médio, o de segundo grau.

Ao olhar para o caminho feito de 1961 até 1971, observa-se um certo avanço relativo a legislação, quando toma-se como ponto de análise os anos relativos a obrigatoriedade do ensino, pois ocorreu uma ampliação do acesso à escola, com a eliminação dos exames de admissão ao ginásio, ou seja, a etapa de 5ª a 8ª série introduzida pela lei de 1971, além da extensão da obrigatoriedade da educação à faixa etária de 7 aos 14 anos, que correspondia a todo o ensino de 1º grau.

Todavia, esse avanço, influenciado pelo acordo internacional MEC-USAID, revela as fragilidades brasileiras, que constrói uma lei educacional pensando no mercado de trabalho e não para a construção da cidadania, proposto pelo próprio artigo dessa LDB.

a reformulação do ensino do 1º grau era mais importante e atendia melhor aos interesses da retomada da expansão econômica iminente, do que a reformulação do ensino de 2º grau. Essa expansão num país dependente, como o Brasil, exigiria um aumento do nível geral de escolaridade do trabalhador,

mas, por sua vez, esse aumento teria de ser concedido, de forma compatível com a posição periférica de nossa economia: a industrialização crescente exige uma base de educação fundamental e algum treinamento, o suficiente para o indivíduo ser introduzido na manipulação de técnicas de produção e aumentar a produtividade. (ROMANELLI, 1986 p.234)

A década de 1970 começou com uma certa euforia no campo econômico, por meio do chamado “milagre econômico” que tentava industrializar o país, revelou também uma necessidade de melhoria de mão de obra, como colocado por Romanelli (1986), expandindo o 1º grau, logo, a reformulação da LDB em 1971, acabou sendo uma consequência do momento que o país vivia.

Assim como em 1961, agora, em 1971, observa-se novamente uma contradição. A reforma no ensino não ocorria por um ideal de melhoria na educação e nos benefícios aos brasileiros, mas nascia de uma consequência da economia, sem um projeto que realmente pensasse na educação, o que permite afirmar que, verdadeiramente, poucas mudanças ocorreram de fato ao longo do tempo que sinalizassem para uma universalização ao acesso à educação e para a oferta de uma educação de qualidade para todos e todas.

Dessa forma, de nada adianta colocar em seu artigo que a educação é para o desenvolvimento e a promoção da cidadania se não se possibilita as pessoas vivenciarem a cidadania. Como pode o cidadão ter uma relação social positiva, se ele é, na verdade, instrumento de políticas segregadoras que não lhe permite crescimento depois de um determinado momento? (ROMANELLI, 1986).

De acordo com Forte (2018), um debate mais intenso, que realmente promova uma educação em direção a real formação do cidadão só viria mais tarde, com a LDB 9394/96.

Entre os anos de 1971 e 1996, passaram-se vinte e cinco anos e o país vivenciou intensas transformações, como: os anos da ditadura militar, o movimento das Diretas Já, a eleição de Tancredo Neves e sua morte, a constituinte e a promulgação da Constituição de 1988, a inflação galopante de governo de José Sarney, eleição e impeachment de Collor e a criação do plano real.

Essa série de acontecimentos e transformações trouxeram, sem dúvida, reflexos sobre a forma de pensar e fazer política no Brasil. A título de exemplificação, tem-se a Constituição de 1988, que contou com um amplo debate e participação popular. “O processo constituinte virá acompanhado de intensa participação da sociedade civil, um fenômeno de magnitude única na história brasileira e que explica o caráter abrangente e detalhista do texto constitucional” (ACCIOLY, 2018, p.02)

Essa intensa participação popular, buscando um amplo debate de diferentes parcelas da população, fez com que Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Constituinte, a chamasse de Constituição Cidadã. E é em seu artigo 205 que se encontra a base de toda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996: “Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Observa-se como o Artigo 2º da LDB, 9394/96 e o 205 da Constituição Federal são semelhantes: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art. 2º, LDB).

Assim como a Constituição de 1988, a LDB 9394/96 também foi elaborada a partir de uma ampla discussão nacional, liderada por Darcy Ribeiro, que se preocupava em elaborar uma lei que realmente contribuísse para a construção da cidadania, por meio da educação.

foi feita pelo relator e antropólogo Darcy Ribeiro, resultado de um trabalho de seis anos. A LDB de 1996 teve seu projeto discutido pela sociedade, sendo assim, Saviani (2008), fazendo uso das palavras do relator do projeto, Jorge Hage, menciona que “talvez tenha sido o mais democrático e aberto método de elaboração de uma lei que se tenha noticiando Congresso Nacional” (HAGE, apud SAVIANI, 2008, p.57). Ou seja, contexto democrático, elaboração de projeto de lei com discussões, abrangência completa. (FORTE,2018 p.03)

Em face do exposto, percebe-se como possuem pontos em comum em relação ao direito à educação. O artigo 205, da Constituição Federal, foi a base do artigo 2º da LDB 9394/96, em ambos os artigos fica evidente que a educação além de obrigação do Estado é a fonte de formação da pessoa, qualificação para o trabalho e exercício da cidadania e assim como a constituição teve participação popular, também a nova LDB nasceu de uma discussão de amplos setores da sociedade.

Pensando no direito à educação, ponto crucial deste do trabalho, é possível encontrar alguns avanços na LDB, a partir de seu artigo 4º.

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

a) pré-escola;

b) ensino fundamental

c) ensino médio;

De acordo com esse artigo, a educação pública torna-se obrigação do Estado, ele deverá cuidar para que todos consigam ter educação, inclusive para aqueles que não tiveram em idade própria, reconhecendo como educação básica dos 4 aos 17 anos, indo da pré-escola ao ensino médio, ainda que esses tenham sido incluídos depois, reconhecem o Estado como o responsável por políticas que defendam da promoção da cidadania. “Em nosso país, a promoção da cidadania depende do poder do Estado de implantar políticas públicas, assegurando a todos os brasileiros o exercício da cidadania.” (NAVES, 2012 p.545).

Uma vez que educação básica, entende como fundamental para toda a sua vida, é importante que receba esta educação na fase infantil e também na adolescência. É durante essa formação como cidadão que ele precisa receber o maior grau de instrução possível, para que possa, em sua vida adulta, não só ter cidadania, mas exercê-la de maneira consciente, não devendo o Estado se furtar dessa obrigação.

A educação escolar, pois, é erigida em bem público, de caráter próprio, por ser ela em si cidadã. E por implicar a cidadania no seu exercício consciente, por qualificar para o mundo do trabalho, por ser gratuita e obrigatória no ensino fundamental, por ser gratuita e progressivamente obrigatória no ensino médio, por ser também a educação infantil um direito, a educação básica é dever do Estado. (CURY, 2008, p.296)

Contudo, a LDB 9394/96, ainda carrega consigo o peso de um passado marcado por atrasos e presa a raízes econômicas, como abordou Romanelli (1986), que ainda permeiam seus avanços, observa-se que a LDB assume um caráter inovador, todavia, ainda insuficiente para atender as necessidades de melhorias do sistema educacional, no sentido de trazer um progresso na qualidade do ensino brasileiro frente às tendências econômicas do país. Para a autora, esses entraves não foram suficientes para garantir uma remuneração e uma formação adequada ao professor, além de garantias e melhorias quanto a infraestrutura escolar, o que pode impactar na qualidade e evolução no ensino brasileiro.

Essas observações de Romanelli (1986), feitas acerca do período foi analisado em seu estudo, ou seja, da década de 1930 até o início da década de 1970, ainda encontra certa ressonância na atualidade, quando as escolas públicas enfrentam problemas básicos de infraestrutura e a questão da formação inicial e continuada dos professores, além de uma desvalorização econômica e social da carreira, são pontos importantes de discussão que afetam a oferta de uma educação de qualidade.

Portanto, pensar na trajetória da Escola Estadual São Luiz Gonzaga não é de se espantar que essa instituição de ensino padeça dos problemas que ela tem sofrido ao longo de sua

história. No capítulo seguinte, buscar-se-á fazer uma aproximação do arcabouço legal com a trajetória da escola em análise neste estudo.

CAPÍTULO 3 - A ESCOLA ESTADUAL SÃO LUIZ GONZAGA À LUZ DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: ALGUMAS REFLEXÕES

Os capítulos que precedem esse terceiro são bem distintos, o primeiro traz a história da escola estadual São Luiz Gonzaga desde sua fundação em 1927, o segundo capítulo apresenta pontos importantes sobre a história da educação a partir dos principais fatos políticos e econômicos no Brasil após 1930.

Nesse terceiro capítulo o objetivo é fazer uma reflexão entre os dois capítulos anteriores, analisando como os principais acontecimentos ocorridos com a política nacional podem estar ou não ligados aos fatos vivenciados pela escola.

Em seu trabalho, Otaíza Romanelli levantou três hipóteses que podem nos ajudar nessa investigação. A primeira delas, já citada no capítulo dois, de que “a forma como evolui a economia interfere na evolução da organização do ensino” (ROMANELLI, 1986, p. 14), no recorte temporal a qual este trabalho está sendo desenvolvido, o Brasil passou por significativas e turbulentas situações econômicas, como a crise de 1929, fato não só nacional, mas que atingiu diferentes países que estavam ligados ao sistema capitalista. No Brasil os reflexos estiveram mais presentes na economia cafeeira, contudo, a tentativa dos políticos em salvar os cafeicultores atingiu, de certa forma, os brasileiros que viam os recursos financeiros serem direcionados apenas para um setor, essa situação acabou por criar um clima que levou a revolução de 1930 que pode ter atingido os rumos da educação brasileira.

Ao longo do capítulo outras situações como a política liberal de Juscelino Kubistchek, assim como o “milagre econômico” do período militar serão também analisados como fatores que interferiram no ensino ou não.

Outra colocação feita pela autora é que “a herança cultural influi sobre os valores e as escolhas da população que procura a escola” (ROMANELLI, 1986, p.14), refletindo sobre a educação hoje no Brasil, tendo como exemplo a escola aqui estudada, pode-se pensar em uma situação de descaso com o ensino como uma forma cultural?

Nesse sentido, não é a intenção colocar a culpa pelos problemas da educação nas pessoas. Pelo contrário, acredita-se que elas são tão vítimas quanto as instituições de ensino. Mas, não seria importante que as pessoas exigissem, também, uma educação de qualidade? Será que, ao longo do tempo, criou-se uma cultura que olha para os problemas da educação criando certo conformismo com essa situação?

Por último, sua terceira hipótese, “a forma como se organiza o poder também se relaciona diretamente com a organização do ensino” (ROMANELLI, 1986, p.14). Essa

constatação da autora se refere ao poder político e como os interesses dos representantes podem ter ligação direta com as ações voltadas para a educação. Dessa maneira, acredita-se na a educação como dependente das autoridades políticas e que necessita de um projeto ou dificilmente será transformadora se fica à mercê apenas da vontade da autoridade política, pois, as pessoas no poder mudam e, dessa maneira, os interesses também, ficando a educação sempre vítima de um eterno recomeçar, sem objetivos claros. Em suma, é necessário que efetivamente a educação no Brasil seja um projeto de Estado e não de governo.

A criação da Escola Estadual São Luiz Gonzaga se deu no ano de 1927 pelo professor Manuel Carvalho, em um prédio improvisado, (FIGUEIREDO 2015). Sua fundação no final da década de 1920, coincide com o período de discussões ocorridas ao longo dessa década. “Em 1924, reunia-se, no Rio de Janeiro, um grupo de educadores brasileiros imbuídos de ideias renovadoras” (ROMANELLI, 1986, p.128), era um movimento importante, uma vez que no campo político, esse momento conhecido como República Velha, pouco havia feito pela educação brasileira.

Para a autora, o movimento citado tem suas raízes em 1922, quando reformas em diferentes estados procuravam encontrar um caminho para a educação em nosso país.

a contar de 1922, começaram a aparecer as reformas estaduais de ensino, prenúncio de reformas nacionais que surgiram a partir de 1930. A primeira delas foi empreendida em 1920, por Sampaio Dória, em São Paulo, em 1922/1923, no Ceará, Lourenço filho empreendeu a segunda. Depois, seguiram-se a do Rio Grande do Norte, por José Augusto (1925/28), as do Distrito Federal (1922/26) e as de Pernambuco (1928), empreendidas ambas por Carneiro Leão, a do Paraná (1927/2/), por Lysímaco da Costa, a de Minas Gerais (1927/28), por Francisco Campos. (ROMANELLI,1986, p.129)

É perceptível que esse movimento tomou diferentes estados, na década de 1920, e tinha por objetivo se fortalecer para sensibilizar as autoridades competentes e evidenciar os problemas que o ensino vivia (ROMANELLI ,1986).

Em Minas Gerais o movimento liderado por Francisco Campos se inicia justamente no período de fundação da escola, em 1927, não que a escola seja fruto direto desse movimento, mas percebe-se que a escola nasceu de maneira improvisada, talvez estimulada por possíveis situações e discussões que poderiam estar ocorrendo num contexto mais amplo.

Entre os anos de 1928 e 1930, a escola ocupou diferentes lugares, segundo o historiador Francisco Carlos, foram pelo menos cinco diferentes lugares. Como pode uma escola funcionar ocupando diferentes lugares em um curto espaço de tempo?

Na fonte histórica pesquisada são citados os lugares que a escola passou, mas não se pode afirmar, ao certo, os motivos dessas mudanças. Analisando o momento vivido, sabe-se

que o fim dessa década é complicado do ponto de vista financeiro, o Brasil sofria os impactos da crise de 1929, todas as preocupações políticas estavam voltadas para salvar a economia cafeeira que mais sentia os reflexos da crise.

Toda essa tensão econômica acabou levando a ruptura da política do café com leite, “sistema” que favorecia os Estados de Minas Gerais e São Paulo. Essa ruptura conduziu a uma Revolução que colocou Getúlio Vargas na presidência e, com ele, a promessa de mudanças.

Em relação a escola, acredita-se que esses anos criaram uma forte instabilidade econômica, refletindo em Elói Mendes, que em relação a escola, não permitiu um local estável para ocupar, tendo de mudar de lugar, por várias vezes, indo de encontro ao que Romanelli defende que a economia interfere na educação.

Considerando o ponto de vista econômico não favorável a educação, no plano político, com a chegada de Vargas ao poder, todos esperavam que o Brasil agora começaria a caminhar rumo a modernização.

A Revolução de 1930 foi marcada por uma acumulação primitiva de capital decorrente das mudanças qualitativas sofridas pela economia no momento em que o mercado interno, graças à imigração e ao trabalho assalariado, começou a desenvolver-se. (ROMANELLI, 1986, p.47)

Aproveitando o momento de dificuldade na economia cafeeira, os recursos financeiros passaram a ser destinados à industrialização (ROMANELLI, 1986). Essa industrialização, sofrendo também influência do trabalhador imigrante passara a exigir uma nova mão de obra, assim como uma nova legislação. Apoiado nessa situação, Getúlio extingue a antiga Constituição Brasileira, prometendo outra, que conduziria o Brasil a dinamização da economia, marcando o momento de esperança.

Assim como no plano nacional, a situação da escola começava a ver um horizonte mais seguro. Professor Carvalho iniciou a construção de um prédio para a escola e, para contornar as dificuldades econômicas, montou uma banda que fazia apresentações nas cidades vizinhas em busca de dinheiro. É interessante notar que não se evidencia a participação do poder público na construção do edifício, o que revela que a educação não era mesmo prioridade na política daquele momento. Apesar do professor Carvalho ter se mudado para outra cidade, tudo indica que a escola foi finalizada, funcionando naquele local como Ginásio Municipal São Luiz Gonzaga até o ano de 1953.

Vale destacar que o esforço do professor Carvalho em construir um edifício próprio para a escola e eliminar as sucessivas mudanças que vinham ocorrendo desde sua criação, apesar de não ter tido apoio do poder público (estadual ou municipal), contou com o apoio da população,

mediante às apresentações feitas pela banda infantil com o propósito de sensibilizar a comunidade local a fazer suas contribuições e colaborar para a construção do edifício escolar.

A promessa de Vargas, sobre a criação de uma nova Constituição, só foi cumprida após uma intensa revolta entre forças pró-Getúlio e o estado de São Paulo, quatro anos após sua chegada ao poder, em 1934. Como discutido no capítulo anterior, foram sentidas mudanças importantes para o ensino, a educação passa a ser conhecida como um direito e verbas começaram a ser estabelecida para serem aplicadas à educação.

Essa Constituição, provavelmente, não conseguiu gerar frutos, pois, em 1937, Getúlio dava um golpe de Estado e outorgava uma Nova Constituição, resultado de um momento autoritário do presidente. A Constituição de 1937 relega a educação a um papel muito mais superficial, inclusive suprimindo do texto a noção de educação como um direito de todos. O que se viu nesse período conhecido como Estado Novo foi uma tentativa de Vargas de transformar a educação numa “forma de propaganda” do seu governo.

As mudanças mais profundas só viriam com a reabertura política, a Constituição de 1946 que, novamente, aponta a ideia de educação como um direito e abre caminho para a criação de uma legislação específica para o ensino, porém apenas em 1961.

Fato é que com a reabertura política e com uma Constituição de cunho mais liberal, novamente a escola parece caminhar para novas modificações, principalmente com o retorno de Getúlio ao poder, em 1951.

Getúlio Vargas voltou ao Governo em plena campanha do petróleo. O Governo Dutra pretendia fazer passar no Congresso um projeto regulamentando a exploração do petróleo que descontentava a maioria das camadas sociais politizadas, porque abria mão do monopólio estatal que o Estado Novo havia reivindicado. A campanha do petróleo arregimentou todas as camadas urbanas, do operariado à burguesia, e foi, talvez, o único movimento da qual participou intensamente e de forma ampla e espontânea o povo brasileiro. E Getúlio Vargas era, na época, o próprio símbolo do nacionalismo. Em 1953, dois anos depois de sua posse, a Petrobrás tornou-se Lei e o Estado passou, desde então, a ter o monopólio da pesquisa e exploração do petróleo brasileiro. (ROMANELLI, 1986, p.52)

O episódio da Petrobrás pode não ter ligação direta com a história da escola, no entanto, percebe-se que a política nacional estava um tanto tensa nos campos políticos e econômicos, justamente em um período de transição, quando a escola também passava por uma nova mudança.

A situação agora não era uma transição de lugar, mas a administração do colégio passava das mãos do poder público municipal, que parecia não conseguir mais cuidar dela, já que, na fonte histórica, é citado que o prédio não se encontrava em boas condições, passando para as

mãos de um grupo de religiosos que deveriam assumir o ginásio municipal, a chegada dos Pavonianos coincide com o ano em que a Petrobras torna-se lei.

Em 1953, estando o colégio em péssimas condições, uma comissão de eloienses foi até Pouso Alegre (MG) para convidar a Congregação italiana dos Filhos de Maria Imaculada, conhecidos como Pavonianos, para visitar Elói Mendes na expectativa de assumirem o colégio. A congregação já havia assumido o Colégio São José em Pouso Alegre. (FIGUEIREDO, 2015, p.82)

O ano de 1953 é um ano de importantes decisões tanto para a criação da Empresa Nacional como para os rumos que a escola terá a partir dos próximos anos. No plano nacional, com a criação de uma nova empresa sabia-se que a necessidade de uma mão de obra cada vez mais qualificada tende a acentuar, no entanto, o país ainda não conseguia, resolver seus problemas educacionais e, muitas vezes, quando a educação pedia socorro, como nesse caso, a solução acabava sendo recorrer a grupos religiosos.

O ensino primário até então, praticamente, não recebera qualquer atenção do Governo Central, estando os sistemas de ensino ligados à administração dos Estados e, portanto, sujeitos às condições destes para legislar e inovar. Não havia diretrizes traçadas pelo Governo Federal para esse nível de ensino e isso era uma tradição que estava ligada à nossa herança colonial. Na verdade, a não ser a obra esporádica das ordens religiosas, jamais se tinha cuidado seriamente do assunto. (ROMANELLI, 1986, p.160)

Quando a autora coloca que o ensino primário praticamente não recebe atenção, percebe-se como esse fato se reflete na escola que, em seu início, mudava de um lugar para outro e quando encontrou um lugar não possuía condições para construção do prédio, ou seja, a questão da educação primária não era vista como um problema do poder público. Contudo, apesar dos esforços do professor Carvalho em angariar recursos para construir um espaço adequado, quando esse fica aos cuidados do poder público municipal e deveria, portanto, ter recursos para a manutenção edilícia da escola, em pouco tempo o prédio já apresentava péssimas condições e, para resolver a situação, foi necessário que um grupo religioso assumisse a responsabilidade, que como apresentado por Romanelli (1986), era uma prática comum na história do país, o que pode revelar mais uma vez o descaso com a educação.

Vale lembrar que o advento da República, que caracterizou a separação do Estado da Igreja, trouxe, no campo da educação, sempre muitos problemas e embates, pois o Estado laico encontrou, e talvez ainda encontra, dificuldades para se desvincular-se do poder econômico e da influência da Igreja Católica na educação.

Haja visto que, em meados dos anos 1950, são os padres Pavonianos que assumem a escola com a tarefa de dar continuidade a educação e promover melhorias no prédio que,

naquela ocasião, estava em situação precária, ficando resolvido que um novo prédio necessitava ser construído.

Apoiados pelo vigário Monsenhor José Umbelino de Melo Reis (1890 – 1974) e uma comissão de eloenses, ficou decidida a construção de um novo colégio. As obras começaram no final de 1955. Com estilo arquitetônico Colonial Moderno, as obras foram concluídas em 1958. (FIGUEIREDO, 2015, p. 82)

Ao que tudo indica, novamente a situação que o país atravessava parece determinar os rumos da Escola São Luiz Gonzaga. O período que se inicia na política nacional, após o governo Vargas, parece oferecer um contexto favorável para o desenvolvimento de um projeto bem ousado de construção de um novo prédio, liderado pelos padres Pavonianos. Como apresentado no primeiro capítulo, a construção nesse período se mostrou mais rápida que aquela anterior, sendo o projeto ainda maior.

Seguindo a trilha de que a economia e a política nacional interferem no plano local, os anos de governo de Juscelino Kubistchek se apresentam bem mais promissores que os anteriores, o que poderia explicar a rapidez com conseguiram construir o prédio nesse momento.

O seu Governo assegurou, todavia, um clima de otimismo e foi até caracterizado por uma ideologia: desenvolvimentismo. Com Juscelino, acentua-se a implantação da indústria pesada no Brasil, mas ganha também novas formas a entrada de capital internacional, através da implantação de filiais das multinacionais. (ROMANELLI, 1986, p.53)

Nas fontes até então pesquisadas, não se pode afirmar que esse capital citado tenha chegado para a construção do novo prédio, o que poderia ajudar a entender nesse ponto é que o Brasil vivia um momento de euforia política com as modernizações promovidas pelo então presidente Juscelino, podendo ter refletido nas ações que levaram a construção.

Passado o momento de otimismo do governo de Juscelino, a realidade posterior se colocou bem diferente do que se esperava, as grandes obras e a vinda das montadoras não se converteram em estabilidade econômica, por outro lado, geraram uma forte inflação, que dada as circunstâncias criou um clima de instabilidade que impediu Jânio Quadros de governar,

Jânio Quadros foi a desforra da UDN, mas seu caráter populista e personalista não lhe permitiu fidelidade partidária. Sua “política externa independente”, aliada ao seu descompromisso pessoal com o partido que o elegera, e, por fim, a impossibilidade de se conciliar o modelo desenvolvimento econômico, estimulado pelo Governo anterior, com o seu modelo político possibilitaram-lhe, uma permanência de apenas 7 meses no Governo. (ROMANELLI, 1986, p.53)

A renúncia de João Goulart, não foi suficiente para acalmar os ânimos dos diferentes setores, o que acabou acentuando o clima de instabilidade no país e culminou no golpe de 1964, que depôs o presidente.

As bases populares de seu Governo não eram sólidas, devido ao nível cultural, ao grau de interesses e ao nível real de consciência política do povo. Tampouco as esquerdas estavam contentes com sua atuação dúbia. Sua tomada de posição pró-esquerda, à última hora, não conseguiu salvá-lo do 31 de março de 1964. A própria esquerda foi surpreendida pela rápida reação dos militares. (ROMANELLI, 1986, p.53)

A partir dos fatos supracitados, pode-se compreender que foram ruins para a educação brasileira. Com a política mergulhada em um clima de instabilidade, os projetos educacionais dificilmente poderiam atingir seus objetivos, nossa primeira legislação voltada para a educação a Lei 4.024 de 1961, pouco pôde fazer, já que foi constituída tendo por base a Constituição de 1946 e, com o golpe de 1964, uma nova Constituição estava a caminho, assim como uma nova Lei de Diretrizes e Bases.

Se no âmbito nacional o clima de euforia havia perdido espaço para as incertezas, no campo municipal não era diferente. Com a chegada dos Pavonianos e a construção do novo prédio para o Colégio, funcionando o colégio regular e particular, além do seminário, até o ano de 1968. Nesse ano os padres Pavonianos encerraram as atividades do Seminário, ficando apenas o atendimento do ensino regular. A escola passaria por mais uma mudança, agora em sua situação financeira-administrativa, já que foi feito um convênio com a Secretaria Estadual de Educação.

Sendo diretor Padre Noberto Didoni foi firmado um convênio, entre 1968, com o Estado de Minas Gerais. Pelo convênio, o Estado pagaria os professores e o colégio as outras despesas. Com o convênio foi possível manter o colégio. (FIGUEIREDO, 2015, p.82)

Tudo indica que a atividade do seminário ajudava a manter os trabalhos do colégio e sem ele não seria possível continuar o ensino regular. Tentando uma forma para continuar as atividades do ensino regular, o diretor buscou o convênio. De acordo com a Lei Estadual nº 2610 de 08/01/1962, em seu artigo 12, esse convênio era permitido, “Art. 12- Ao Governador do Estado, além da suprema direção do ensino compete: V-conceder subvenções a escolar particulares.” Foi por meio dele que a escola conheceu seu período de maior estabilidade.

Com todas as dificuldades vividas, a escola cresceu ao longo do tempo, acompanhando desenvolvimento da cidade, assim como as transformações em todo o território nacional. Com as mudanças e modernização que o país vinha passando, a modernização da mão de obra

também se fazia necessária, assim a escola era ampliada, por necessidade e não por uma consciência da necessidade de expandir e se fortalecer enquanto instituição de ensino.

Pelo menos enquanto perdurou a economia exportadora agrícola, com base em fatores arcaicos de produção, a escola não foi chamada a exercer qualquer papel importante na formação de quadros de qualificação de recursos humanos.” (ROMANELLI 1986, p. 55)

Sendo a educação um reflexo da necessidade econômica, como seria possível criar um projeto educacional que promova mudanças na sociedade?

Como foi possível observar, a economia é muito instável, muda conforme o jogo do poder político muda também. A cada transformação ocorrida, inicia-se um novo pensamento econômico, que produz reflexos na sociedade, ficando a educação refém dessas mudanças.

No período que vai de 1930 até momento 1971 o Brasil passou por revoluções, revoltas, uma guerra mundial, estados autoritários e reabertura política, além de um golpe militar. Contabilizando quatro constituições diferentes além de duas Leis de regulamentação do ensino, cada qual seguindo uma tendência.

Um sistema educacional que está aprisionado a tendência do momento não consegue criar raízes e, dessa forma, mudar uma sociedade que se encontra jogada a própria sorte, sociedade essa que possui passado já esquecido e muito explorado. Até esse ponto não é possível afirmar que os fatos ocorridos com a Escola São Luiz Gonzaga sejam apenas reflexos das incertezas e mazelas vividas pelo país, mas vê-se que existe uma forte tendência que essas incertezas tenham refletido na escola, assim como em outras instituições de ensino.

Terminado o período militar, com a reabertura política, o Brasil tem uma nova Constituição, fruto de um amplo debate político, pode-se observar, nesse momento, a preocupação que se tinha na elaboração da Carta Magna, a preocupação com o direito à educação.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Quanto às escolas que possuíam alguma forma de convênio, como a que aqui é foco de estudo, ficava estabelecido que:

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - Comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

Podendo manter seus trabalhos por meio do convênio, que garantia o pagamento dos professores, a escola continuou seu caminho quando, em 1996, ampliou sua forma de atendimento aos alunos.

Em 1996 foi elaborada uma bem sucedida extensão para o ensino médio. Os alunos teriam aulas normalmente de manhã e retornariam a tarde para um segundo turno. Essa extensão funcionaria como um colégio totalmente particular. Os resultados foram excelentes na qualidade de ensino. (FIGUEIREDO, 2015, p.86)

Por essa fonte, percebe-se que a escola desenvolve um bom trabalho perante a comunidade, sendo interessante observar que a ampliação do curso citado coincide com o ano da Lei de Diretrizes e Base da Educação.

Reafirma-se que, até o momento, não existe uma ligação direta de que a nova LDB foi responsável pela ampliação do ensino proposto pelo colégio, mas percebe-se que as mudanças ocorridas no âmbito nacional, de alguma forma, acabam tendo consonância com os fatos que aconteceram na instituição de ensino de alguma forma.

A partir de 2003, a escola passa por novas mudanças, mas a situação agora se descortina de maneira mais tensa, como estabelecido na Constituição, os convênios para continuar deviam comprovar sua situação de filantropia, nas fontes observadas não se encontrou nada que comprovasse algum tipo de fraude por parte do colégio, porém, no mesmo ano, o convênio não mais foi mantido.

Sem o convênio, segundo os padres Pavonianos, não seria possível a escola continuar seus trabalhos. A decisão da Secretária do Estado de Minas Gerais foi optar por alugar o prédio e a escola então entrava em uma nova fase, conhecida como Escola Estadual São Luiz Gonzaga, ficando no prédio até 2019, quando o estado não mais aceitou pagar o aluguel e a escola teve mais uma vez de mudar de local- fatos já refletidos no primeiro capítulo.

Como tem-se desenvolvido nesse capítulo, a educação brasileira não teve, ao longo do tempo, o cuidado que merecia, estando refém do jogo político que, conforme a conveniência do momento, mudava totalmente os rumos que essa deveria caminhar, transformando a realidade educacional de país de forma ainda mais complexa.

A educação para o desenvolvimento, numa realidade complexa, como é a brasileira, teoricamente não é um conceito fácil de se construir, já que se trata de pensar a educação num contexto profundamente marcado por desníveis. E pensar a educação num contexto é pensar esse contexto mesmo: a ação educativa processa-se de acordo com a compreensão que se tem da realidade social em que se está imerso. (ROMANELLI, 1986, p.23)

Ao observar apenas as dimensões territoriais, a complexidade da educação brasileira já se colocaria de maneira bastante desafiadora, pois o país possui dimensões continentais, com dificuldades de acesso à algumas regiões. Dessa maneira, fazer com que os projetos educacionais cheguem às regiões mais distantes não é fácil. Pode-se até comentar que hoje, com a informatização, essa dificuldade está superada, mas sabe-se que não, uma vez que algumas regiões o acesso a esse tipo de tecnologia é precário ou, até mesmo, inexistente.

Essa é apenas mais uma complexidade, das muitas, que se pode imaginar quando a autora aborda os problemas da educação brasileira. Ao longo do processo de formação do país, ocorreu no Brasil uma intensa miscigenação, que colocou as mais variadas culturas, em diferentes regiões, o que acabou criando toda uma diversidade cultural, tendo cada região sua complexidade.

Ao longo do processo de formação do povo brasileiro, diferentes povos contribuíram na formação da nação, “mais que uma simples etnia, porém, o Brasil é uma etnia nacional, um povo-nação, assentado num território próprio e enquadrado dentro do mesmo Estado para nele viver seu destino” (RIBEIRO, 2005, p.19).

No conjunto das complexidades que necessitam ser pensadas, como colocado pela autora, não se pode esquecer do contexto histórico-cultural formado a partir de diferentes culturas, que Darcy Ribeiro chama de povo-nação, será também outro ponto que necessita de reflexão, para que não se crie dicotomias, valorizando uma cultura em detrimento de outra, assim, o que aumenta os desafios de uma legislação que abrange todo o país.

Além dessas diferentes culturas, não é possível esquecer o que Romanelli (1986) aponta em seu trabalho, que a educação possui desníveis, sabe-se que as regiões brasileiras são marcadas por profundas diferenças econômicas e sociais, têm pessoas com acesso à tecnologia de ponta, mas também aquelas que desconhecem o acesso à informação, fato que comprovado durante a pandemia, com crianças que não conseguiram acompanhar os estudos por não possuírem computadores, celulares ou acesso à internet.

Refletindo as dificuldades aqui citadas, com a história da legislação de acordo com os acontecimentos da Escola São Luiz Gonzaga, percebe-se o quanto é importante lutar pela educação, não simplesmente para que ela melhore, mas para que ela possua um projeto a longo prazo, independente de quem governe o Estado. Para que não continue situações como aquelas apresentadas, que coloca a educação como refém das vontades políticas de cada partido que chega ao poder, abandonando tudo o que foi feito e começando novamente.

Se a educação se pautar sempre nesse eterno recomeço, sem um objetivo claro de onde se quer chegar, estabelecendo, metas e prazos, a educação nunca poderá cumprir seu papel de

transformador. É preciso criar uma consciência e não apenas leis de acordo com a necessidade econômica. “Uma coisa, porém, é certa, nenhuma lei, é capaz, por si só, de operar transformações profundas, por mais avançada que seja, nem tampouco de retardar, também por si só, o ritmo do progresso de uma dada sociedade” (ROMANELLI, 1986, p.179)

Em relação a essa observação, Romanelli (1986) faz alguns apontamentos importantes, primeiramente, uma lei só fará diferença se propor uma integração entre os setores da vida social. Também não adianta elaborar leis se as condições de infraestrutura não forem adequadas, outro fator se os objetivos e a realidade social estão alinhados e, por fim, a lei também depende dos homens que a aplicam.

Refletindo o que autora coloca como objeto de estudo, percebe-se que a educação está longe de ser pensada de uma maneira autêntica, as leis não são elaboradas para propor uma integração na vida social, na maioria das vezes, são fruto do momento político que está ocorrendo, mudando aqueles que estão no poder, a lei pode ser transformada totalmente como observasse-se nas Constituições elaboradas ao longo do tempo e também nas leis que regulamentam o ensino.

Mesmo a Constituição de 1988 venha passando por reformulações, recebendo diversas emendas que podem ser necessárias para adequar a maior lei do país às necessidades e às transformações pelas quais a sociedade passa. Contudo, principalmente nos últimos tempos, tem-se visto emendas na Constituição que tendem a favorecer aos interesses políticos de grupos específicos que querem garantir seus privilégios.

Em relação a infraestrutura por ela apontada, percebe-se que, nessas leis, praticamente não se observa uma menção clara sobre a questão estrutural. Alguns artigos, tanto da Constituição como da LDB, abordam verbas que devem ser destinadas a educação, mas não colocam como essas verbas serão executadas, assim temos um quadro de escolas que, muitas vezes estão sucateadas, ou até mesmo não possuem um local, como o caso da Escola São Luiz Gonzaga, ficando destinada às vontades políticas momentâneas.

Alinhar todos esses fatores não é uma tarefa fácil. Mais do que vontade, exige de todos uma mudança de mentalidade, como foi visto ao longo do capítulo, as instabilidades criadas pela política nacional têm refletido na educação.

Analisando a situação da Escola São Luiz Gonzaga, fundada em 1927, passou por diferentes lugares e situações administrativas e hoje ainda não possui um local, estando destinada às vontades políticas de momentos, e por aqueles que lutam por ela, sendo essa talvez sua maior identidade, vemos que de alguma forma essa inconsistência política criada acabou contribuindo para o agravamento do seu quadro de incertezas.

Dentro da análise feita sobre os problemas enfrentados pela educação, como consequência dos desajustes políticos e econômicos brasileiros, encontram-se outros exemplos de escola que enfrenta dificuldades e que podem ser um reflexo da trajetória até aqui por estudada.

De acordo com o portal G1, em Paraguaçu, Minas Gerais, uma importante Escola Rural, conhecida como Fundamar⁵, encerrou suas atividades, após 35 anos de trabalho. A Secretaria de Estado da Educação informou que a medida faz parte de uma organização das escolas estaduais e garantia de vagas para os estudantes. O fechamento da escola seria para economizar o aluguel pago pelo Estado, de quase R\$ 23 mil. O encerramento das atividades da escola foi confirmado pelo diretor.

Acompanhando os noticiários, percebe-se que a medida não é isolada de uma única escola em regiões diferentes, essa ação tem sido tomada em diferentes cidades do Estado de Minas Gerais. Pais e professores de cidades do Sul de Minas protestaram contra o fechamento de turmas iniciais em escolas estaduais a partir de 2020. Assim, com faixas e cartazes, os manifestantes foram às ruas de Ouro Fino e de Poços de Caldas, a decisão deve afetar ainda escolas de Bueno Brandão, Itajubá e Carmo do Rio Claro, fato noticiado pelo canal EPTV Sul de Minas.

Na cidade de Varginha, importante polo mineiro na região sul do estado, que se destaca por seu intenso comércio e forte agricultura, servindo de referência para outras cidades da região, o caso com também se repete. Alunos da Escola Estadual Coração de Jesus passam por dificuldades, a escola necessita de reformas, porém, até o momento, não houve nenhum sinal do governo em agilizar as obras. Assim, as aulas acontecem em um local, enquanto os trabalhos da secretaria em outro, o que dificulta em muito o ensino e o trabalho desenvolvido para todos aqueles que estão envolvidos com esta escola.

Estudantes e professores da Escola Estadual Sagrado Coração de Jesus, em Varginha (MG), fizeram uma manifestação pela demora nas obras de recuperação do prédio onde funcionava a escola. A sede da escola foi interditada em 2011, pelo Corpo de Bombeiros, devido a problemas na estrutura. Essas informações foram localizadas também no portal de notícias G1.

Os cortes com educação também atingem o estado do Paraná. O governo anunciou o fechamento do ensino médio noturno, causando grande impacto sobre os estudantes desse

⁵ A escola administrada pela Fundação 18 de Março tem 35 anos e atende cerca de 340 estudantes da zona rural e periferia de Paraguaçu, além de comunidades de Machado. Ela oferece transporte e alimentação.

estado. A Secretaria de Estado da Educação (SEED) anunciou o fim das turmas de ensino médio noturno em todo o Estado. Essa modalidade de ensino atende alunos que trabalham de manhã e à tarde e que possuem apenas o período noturno para completarem seus estudos, ficando impossibilitados de estudarem.

No estado de São Paulo, que de acordo com dados do IBGE⁶, possui o PIB mais alto do país, medidas de fechamento das escolas também têm afetado a rede pública estadual. Alunos de sete escolas públicas de Taboão da Serra (Grande São Paulo) fizeram um protesto contra o projeto de reorganização das escolas do estado. De acordo com a Agência Brasil EBC, proposta prevê o fechamento de estabelecimentos de ensino e a transferência de alunos.

A crescente onda de fechamento de escola em diferentes estados do país é um fato preocupante. O estado da Bahia também será afetado pelos cortes na educação, escolas serão fechadas como já foi anunciado pelo governo, de acordo com a reportagem e, mesmo depois de apelos dos estudantes, o governo se mostrou irredutível, conforme noticiado no Portal G1.

Pelos fatos que permitiram realizar essa reflexão, e por meio do trabalho de Romanelli (1986) sobre a história da educação, percebe-se que o colapso educacional brasileiro é real e crítico. Pensar a educação está para além de leis que possam melhorar o ensino, mas criar uma mentalidade educacional, por meio das leis e de uma postura de que todos possam criar um terreno fértil para o ensino, deixando esse de ser dependente das relações econômicas e políticas.

⁶ PIB R\$ 2.119.854 milhões (<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>)

CAPÍTULO 4 – CONSTRUINDO A IDENTIDADE DA ESCOLA POR MEIO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Nos capítulos anteriores, foi possível conhecer a história da Escola São Luiz Gonzaga permeada de encontros e desencontros, o enredo que ela traz mostra um passado carregado de incertezas, sendo uma escola importante na cidade e que, mesmo assim, não conseguiu se firmar ao longo do tempo, devido às suas mudanças de local de funcionamento, dependência administrativa e também em função de mudanças legislativas.

O passado da instituição pode ser analisado como um desenrolar de ciclos, alguns mais curtos, outros mais longos, mas sempre começando e terminando e a cada novo recomeço ficavam as incertezas de que esse fim traria um novo início, sobrevivendo, da vontade dos moradores locais, grupos de fora da cidade, alunos e pais, comunidade escolar e mudanças legislativas e/ou vontades políticas.

Ao longo do estudo, é possível compreender, mesmo com todos os acontecimentos, que a escola desempenhou um importante trabalho na comunidade, estabelecendo forte raízes com a população local e, por todas estas situações apresentadas, entende-se que é importante repensar a situação dessa instituição, para que os problemas vivenciados não se repitam, pois pode chegar o dia em que as forças ou recursos não sejam suficientes para manter a escola aberta.

Dessa maneira, neste capítulo, propõe-se refletir sobre a importância do Projeto Político Pedagógico (doravante, PPP) como uma alternativa possível para os problemas enfrentados por esta escola. Através dele é possível planejar, definir estratégias, podendo a escola conseguir um caminho efetivo para ter o seu lugar, criando a sua identidade, construindo e fortalecendo sua autonomia.

Aqui muitos podem se perguntar o que o Projeto Político Pedagógico tem a haver com a situação da escola, uma vez que o problema dessa instituição parece encontrar-se na parte física e muitos entendem o projeto voltado apenas para o pedagógico?

Nesse movimento vamos procurar refletir sobre o conceito do Projeto Político Pedagógico e buscar, por meio dele, uma possível saída para a situação escola que se repete, gerando incertezas sobre o trabalho por ela desenvolvido.

4.1 O projeto político pedagógico (PPP)

Ao longo dos últimos anos, a educação no Brasil tentou evoluir em termos legislativos, como foi visto após 1930, o direito à educação, além de ser citado nas Constituições, com alguns avanços ou retrocessos.

Também foi elaborada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com o objetivo de tornar a educação mais sólida no país, ainda que essas legislações, muitas vezes, sofram com as mudanças políticas, não se pode descartar a importância de sua elaboração e seu aprimoramento.

No entanto, essa legislação não foi suficiente para produzir uma participação efetiva da comunidade escolar. Dessa maneira, a educação entrava na década de 1990, com duros entraves para superar, “não constitui absolutamente novidade a denúncia de que a escola (em função de seu caráter autoritário, elitista, verbalista, voltada para a seleção social e inculcação ideológica etc.) precisa mudar” (VASCONCELOS, 2008, p.15)

Ao contextualizar a situação que as escolas se encontravam, percebe-se que o autor não mede palavras para citar os problemas que as instituições de ensino apresentavam enraizados em um passado, que estudar no Brasil era para poucos, a escola pouco conseguiu evoluiu, mesmo constando na Constituição o direito à educação e reafirmado na LDB.

Ao ser chamada de autoritária e elitista pelo autor, pode-se entender que a escola ainda estava longe de promover o que deveria ser sua principal bandeira, a integração de todos. As decisões em relação as instituições continuavam sendo tomadas por uma única pessoa ou por pequeno grupo de pessoas que poderia estar ligado a um determinado grupo político, se afastando da comunidade, buscando apoio apenas nos momentos de interesse.

Como vê-se na história da Escola São Luiz Gonzaga, as decisões que fazem parte do seu cotidiano foram tomadas por pessoas isoladas, por chefes religiosos ou por algum grupo de apoio político, reforçando o que Vasconcelos chama de falta de percepção coletiva, “o problema está muito mais na falta de percepção coletiva desta distância, e na falta instrumentos para diminuí-la” (VASCONCELOS, 2008, p.15).

Para o autor, o que pode fazer diferença na educação passa pela coletividade, é por meio de ações conjuntas que toda essa situação negativa que a escola se encontra pode ser atenuada, e o instrumento para resolver a situação é o Projeto Político Pedagógico. “O Projeto Político Pedagógico entra justamente neste campo como um instrumento teórico-metodológico a ser disponibilizado, (re)construído e utilizado por aqueles que desejam efetivamente a mudança” (VASCONCELOS, 2008, p.15).

Essa mudança proposta pelo autor não pode vir de uma única pessoa, ou partir, apenas, da equipe gestora, necessita ser discutida por todos, para que esse movimento promova diferentes visões e possibilidades, ele é global (VASCONCELOS, 2008).

Somando aos problemas citados pelo autor, sabe-se que nas escolas trabalham um leque heterogêneo de pessoas e, muitas vezes, as forças que elas realizam não convergem para o

mesmo ponto, às vezes, essas forças atuam em direções opostas, o que acaba por anular todo o esforço empreendido, reforçando os problemas em questão.

Para a autora Ilma Passos Veiga (2013), é por meio do Projeto Político Pedagógico que podem ser convergidas essas forças para a mesma direção.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico. (VEIGA, 2013, p.13)

A autora coloca que o projeto aponta para uma direção, entendendo que é um caminho a ser seguido. Veiga (2013) não afirmou que o projeto trará o resultado, mas a direção, terá muitas questões a ser enfrentadas, é um norte que deve ser seguido. Sendo uma direção, tem-se o controle para onde está indo, mas nada impede que sejam feitas correções nesse caminho, não é uma ação engessada. Nenhum projeto empreendido terá um bom resultado sem ter uma direção clara de onde se espera chegar.

Para não repetir o caráter autoritário, citado anteriormente, a autora coloca que o projeto deve ser construído de maneira coletiva, sendo fundamental dar voz a todos os que estão envolvidos no processo, e enganam-se aqueles que imaginam uma escola é composta apenas por professores e alunos. A comunidade escolar é constituída por pais, professores, alunos, assistentes administrativos, responsáveis pela limpeza, cozinha, setor de compras, entre outros que podem contribuir na participação do projeto. Como o próprio nome coloca é político, ou seja, envolve pessoas, para a discussão de problemas.

Nesse caminho de entendimento do Projeto Político Pedagógico e, buscando compreender que sua construção aponta para uma direção a ser seguida, que pode se caracterizar por mudanças nesse caminho, não sendo construído de forma a ser definitivo.

O projeto político pedagógico é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar, a partir de um posicionamento quanto a sua intencionalidade e de uma leitura da realidade. (VASCONCELOS, 2008, p.17)

Ao colocar que o projeto é global, o autor, reafirma que se trata de todo o conjunto, todas as partes que compõem uma instituição escolar e não apenas o pedagógico como muitos podem pensar, aqui, entende-se que todas as partes são importantes para o pedagógico, no caso desse trabalho, inclusive a parte física, edilícia, tema da discussão.

Referindo-se como uma ação sistematizada, Vasconcelos (2008) se preocupa com a organização que o projeto deve apresentar, por outro lado, assim como a Veiga (2013), ele

reafirma que não é definitivo, ou seja, é que pode mudar durante a caminhada, o que ele chama de aperfeiçoar.

Para o autor, é por meio de um projeto participativo que se define a educação que se quer realizar, é por meio do envolvimento de todos que se tem a quebra de paradigmas, tornando as escolas mais democráticas, sem perder a real leitura da realidade, ou seja, cada escola deverá ter o seu projeto, um projeto bem-sucedido de uma instituição dificilmente dará certo em uma outra escola, já que se trata de realidades diferentes.

Tendo uma missão tão importante como até aqui refletida, o projeto necessita ter, de maneira bem clara, quais são suas finalidades e, como ser um instrumento de transformação da realidade, dar um referencial para caminhada, racionalização de recursos, ser um canal de participação efetiva, aumentar o grau de realização, fortalecer o grupo, colaborar na formação dos participantes e construir unidade, (VASCONCELOS, 2008)

As mudanças pelas quais a educação está sujeita a passar são muitas e entende-se que não são simples e que ao olhar para o projeto, esse não é o “graal” do ensino, a grande descoberta, que veio para resolver todos os problemas e para isso basta apenas chamar todos para uma reunião, anotar os problemas e citar a finalidade do projeto.

Sendo uma mudança, exigirá muitas modificações, podendo causar desconforto, chateações, cansaço e desânimo, gerando, talvez, perda de foco, não saindo dos problemas que podem ter gerado o projeto. Assim o projeto que conta com a participação de todos na sua construção também necessitará de envolvimento e entrega de todos em sua execução.

Entendemos os objetivos sejam amplos, não vemos o Projeto como a panaceia, como uma receita mágica que resolveria todos os problemas da escola. Os resultados do Projeto vão depender tanto do compromisso das envolvidos (qualidade política), quanto do referencial teórico-metodológico adotado (qualidade formal). Entendemos que, enquanto possibilita a melhor definição da identidade da instituição, a abertura de horizontes, favorece uma certa estabilidade para a caminhada, leva a um maior comprometimento, favorece a definição de linhas, metas mais claras para o trabalho, fundamenta reivindicações, leva à conquista de mais espaço para uma educação de qualidade democrática, o Projeto é um **instrumento de luta!** (VASCONCELOS, 2008, p.21)

Como citado, muitos são os problemas que podem gerar desânimo, porém é a partir do trabalho e envolvimento dos participantes que esses desafios serão vencidos. O autor destaca, em sua fala, o Projeto Político Pedagógico é um instrumento de luta, assim, exige de todos envolvidos um preparo para o combate diariamente, sabendo que as lutas diárias são feitas de dias melhores e outros mais difíceis, dias de vitórias e dias de derrotas, mas tanto em um momento positivo, quanto em um momento negativo não são eternos, assim, a prática do projeto

exige disposição constante para chegar onde é desejado. Não é fácil, mas é, provavelmente, o caminho que pode gerar os melhores e mais gratificantes resultados.

Como instrumento de tal importância e tamanha complexidade exigida, sua composição necessita da maior clareza possível. Sua elaboração deve contar com todos, nos diferentes segmentos, porém, infelizmente, por vezes pode ser comum projetos políticos pedagógicos com pseudos processos democráticos.

Há casos onde o educador sequer tem oportunidade de participar da confecção: forma-se um pequeno grupo na escola (geralmente envolvendo os professores de Português, História, Filosofia, mais a direção e a coordenação pedagógica), que elabora o texto e traz para o coletivo, que logo aprova sem questionar. (VASCONCELOS, 2018, p.24)

Mesmo com a ideia de democrático, nem sempre o projeto é pautado em uma elaboração democrática. É possível até refletir sobre os motivos que levam há uma elaboração que acaba por privilegiar um determinado grupo em detrimento de outros. Falta de tempo, sobrecarga de trabalho, evitar discussões que podem não fazer sentido, acreditar que dessa maneira torna-se mais fácil a elaboração. Essas são justificativas que podem fazer parte dessa constatação de não participação, mas que, infelizmente, não condiz com os reais objetivos do projeto, sem envolvimento não existe projeto. “É necessário discutir, coletivamente, o que se quer reforçar dentro da escola e como detalhar as finalidades para se atingir a almejada cidadania (VEIGA, 2013, p.23).

A dimensão que o Projeto Político Pedagógico possui, quando a autora coloca que, sua discussão reforça a finalidade de se atingir a cidadania, por cidadania, compreende-se um dos mais importantes conceitos presentes na existência humana, o conceito empregado desde a Grécia antiga, é por meio dele que o homem se faz respeitado. É por meio da cidadania que o homem constrói de direitos e deveres, essa via de mão dupla que dá ao homem privilégios, mas exige dele responsabilidades. Pela participação social, o indivíduo pode assumir a condição de sujeito e não de objeto (VASCONCELOS, 2008, p.25)

Os autores defendem a ideia de que o PPP é fundamental para nortear as ações da escola, mas para isso pode ocorrer de forma autêntica, constituindo um caminho para a cidadania, além da participação de todos, o trabalho também exige o desejo de mudanças. Sabe-se que todo processo de transformação causa desconforto, nesse sentido, seu desejo deve ser uma chama ardente, que não venha se apagar diante das primeiras dificuldades. Assim, o desejo de mudança sempre deve encontrar-se muito bem articulado com o planejamento coerente do que se quer alcançar, “o que transforma a realidade são as ações. O querer é condição necessária, mas não

suficiente para alterar o real” (VASCONCELOS, 2008, p.28). Dessa forma, querer e ação são conceitos indissociáveis dentro do Projeto Político Pedagógico.

Assim, na construção do Projeto Político Pedagógico é fundamental que todos ao discutirem, debatam e entendam qual a real necessidade, naquele momento, precisa ser superada, revelando a importância de se fazer diagnósticos precisos e participativos.

Ação transformadora é aquela que supere alguma necessidade radical do grupo e/ou da instituição; daí o esforço para se conhecer bem quais as necessidades da instituição que planeja. Para saber o que fazer, precisamos então localizar as necessidades. (VASCONCELOS, 2008, p.29)

Nesse sentido, transformar não é simplesmente mudar uma ideia ou algo de lugar, mas mudar é transcender a matéria, pensamento ou postura, o que requer uma alteração substancial, destacando a importância de o grupo conhecer bem a necessidade principal que precisa ser modificada. Sabe-se que em uma instituição de ensino cada setor terá sua prioridade, mas, entre essas, qual será aquela de maior urgência e/ou abrangência e que naquele momento é possível, pois de nada adianta escolher uma ação que precisa ser mudada, se naquele momento não será realizada.

A necessidade é, pois, um critério básico, definidor do caráter da ação a ser realizado, mas não é tudo. Além disto, para que uma ação venha a acontecer (passe do plano subjetivo para o objetivo, da intenção para a prática, tem de ser possível. (VASCONCELOS, 2008, p.30)

Não deve-se esquecer de que o conceito, até aqui estudado, de Projeto Político Pedagógico é teórico. Toda a sua força para a mudança depende da parte prática, e elas só acontecerão quando as pessoas tomarem consciência que é necessário transformar toda teoria em prática. “Todo este arcabouço teórico-metodológico que acabamos de ver pode perder seu potencial transformador se não for assumido por sujeitos concretos” (VASCONCELOS, 2008, p.37)

É imperativo que todos se envolvam no desenvolvimento do projeto, só assim ele poderá promover a mudança que foi discutida anteriormente. É por meio do engajamento que será possível romper com situação de desânimo dos professores, falta de participação de pais e alunos, sobrecarga de trabalho, falta de espaço para o trabalho coletivo, pouco investimento das mantenedoras, (VASCONCELOS, 2008), são tantas situações que muitos, por não entenderem bem a dimensão desse trabalho, podem pensar que trabalhar dessa forma com Projeto Político Pedagógico é perder tempo, mas é justamente o seu trabalho bem feito que pode gerar força para enfrentar situações quebrando paradigmas. É necessário estimular a participação de todos. “Uma estrutura administrativa da escola, adequada à realização de objetivos educacionais, de

acordo com os interesses da população, deve prever mecanismos que estimulem a participação de todos” (VEIGA, 2013, p.31)

Tomando todos os cuidados até aqui refletidos, é necessário passar para a ação.

O grupo deve acertar uma data para decidir se a escola vai fazer ou não coletivamente o projeto. Esta é uma decisão de maior importância e que terá repercussão em todo o resto do trabalho. Trata-se de decisão mesmo e não de “jogo de cena” para ratificar uma decisão tomada (VASCONCELOS, 2008, p.41).

Como o próprio autor cita em seu trabalho, a sensibilização do grupo da escola para elaboração do Projeto Político Pedagógico é uma etapa fundamental, porém, não deve durar eternamente, o passo da reflexão para a ação é muito sensível e necessária. Discutido os problemas que envolvem a instituição de ensino, a escola deverá colocar em prática tudo aquilo que foi discutido. Vasconcellos (2008) coloca que de nada adianta fazer discursos bonitos se não houver o envolvimento de todos, a mudança só acontecerá se todos tomarem parte na sua responsabilidade.

O projeto não deve ser utilizado apenas para jogo de cena, como cita Vasconcelos (2008), para preencher protocolos ou tirar fotos e enviar para Superintendência Regional de Ensino e assim garantir estabilidade junto às autoridades e parecer que uma atividade diferente está sendo realizada.

É a partir desse ponto que outras realidades acabam tencionando e, algumas vezes, o projeto acaba não acontecendo. Para mudar uma determinada realidade, o Projeto Político Pedagógico exigirá mudança de postura de todos em suas ações. Nesse sentido, muitas baixas podem surgir, já que, deixar a zona de conforto não é fácil. Alguns profissionais realizam o trabalho da mesma forma durante anos, acabam trabalhando no automático, acreditando que aquela forma encontrada é a melhor postura a ser adotada e não estão propensos a promover mudanças.

Com a realização do projeto, novas aulas deverão ser preparadas, a logística administrativa deve ser repensada, a postura dos pais necessitará de ser revista e, nem sempre, as pessoas querem as mudanças, já que o novo causa medo. É nesse ponto que podem surgir pensamentos que levam o grupo a optar pela permanência, se distanciando dos objetivos almejados.

Desta maneira, é imprescindível a mobilização, é fundamental mostrar as pessoas que o trabalho trará resultados para além dos problemas que surgirão e que mudar resultará em benefícios, ainda que num primeiro momento possa parecer mais trabalhoso.

A gestão do projeto é um fator que pode ajudar na situação citada anteriormente, entendo que existem inúmeras tarefas que são colocadas para o professor no ambiente escolar como obrigatórias e burocráticas que acabam desestimulando o seu trabalho. Nesse sentido, quando surge mais um trabalho, que caminha para a rigidez, surge entre os professores o desinteresse. Assim, é a gestão do projeto que levará ao entendimento e responsabilidade de cada parte.

Em relação à gestão do projeto, é preciso que se entenda que o fato de ter sido construído coletivamente não significa que todos irão fazer tudo. Cada segmento terá suas atribuições específicas, das quais deverá dar conta. A diferença é que as grandes decisões do que fazer e da direção geral a seguir na instituição foram, isto sim, tomadas participativamente, de tal forma que todos, sem exceção, deverão estar submetidos a elas. (VASCONCELOS, 2008, p.46)

Entender o fato que a coletividade não significa que todos tenham que fazer tudo é o ponto de partida no entendimento de como o projeto parte para sua realização, compreendendo que a escola é formada por diferentes segmentos e que esses desempenham diferentes funções, atribuir trabalho desconexo com a realidade deles é caminhar para um possível fracasso e frustração com relação a tudo que foi feito.

A força desse trabalho está em convergir forças para o mesmo ponto, alavancando o trabalho da escola. As decisões serão tomadas em conjunto, tendo o mesmo objetivo, assim o trabalho dos professores será diferente do trabalho do pessoal da secretaria ou das ajudantes de serviços gerais, porém, todos estarão trabalhando com o mesmo objetivo e não atuando como uma ilha, fragmentando a escola ainda mais.

O trabalho terá sentido a partir do momento que todos dão visibilidade às suas ações, como diferentes engrenagens que compõem uma peça única que funciona de maneira harmônica, gerando possibilidades e despertando nas pessoas envolvidas o desejo de mudança, produzindo um terreno fecundo com novas possibilidades. “O projeto não pode ser uma camisa de força para a escola e para o professor. Deve dar base e tranquilidade, as condições para administrar o cotidiano e, assim, liberar espaço para a criatividade” (VASCONCELOS, 2008, p.47).

Vencidas essas etapas que compõem o projeto é necessário avaliar tudo o que foi feito. Essa etapa é fundamental para os próximos projetos que serão desenvolvidos, é por meio da avaliação que será observado se o projeto foi bem elaborado ou se é necessário rever a metodologia adotada, pois a elaboração das ações que serão desencadeadas pela escola se constitui em uma atividade constante.

A avaliação deve ser feita por meio de questionamentos sobre como o projeto se desenvolveu; como as tarefas estabelecidas foram implementadas ou o que faltou a ser realizado; o que foi realizado, mas não estava programado; como foi a caminhada; o que impediu a realização de determinadas ações e por quê? Esses questionamentos não devem ser encarados com desilusão, mas como pontos para amadurecimento e que podem ser indicadores para ajudar na caminhada nos próximos projetos. Quanto as frustrações que possam surgir, essas fazem parte do processo e necessitam de reflexão para assim continuar a caminhada.

Algumas pessoas podem ficar um pouco decepcionadas no momento da avaliação global, por acharem que o Projeto deveria ter resolvido mais os problemas da escola. É importante (re)pontuar aqui que o Projeto não se propõe resolver tudo e sim alguns pontos bem concretos (e são estes que estão sendo avaliados), que são entendidos, dentro de uma caminhada maior, como base para as mudanças mais substanciais no processo. (VASCONCELOS, 2008, p.49)

Nessa citação pode ser observado um ponto importante, quando ele nos posiciona na realidade. O Projeto Político Pedagógico não resolverá todos os problemas existentes na escola, mas sim irá oferecer uma nova perspectiva de trabalho a partir do que é real e possível, fornecendo bases para o processo de mudança, que deve permanecer em constante movimento.

4.2 O Projeto Político Pedagógico e a Escola São Luiz Gonzaga

Como foi visto no decorrer desse capítulo sobre o Projeto Político Pedagógico, quando bem construído, ele se torna o “DNA” da escola. Ao responder perguntas como: onde estamos? Para onde queremos ir? E o que vamos fazer para chegar lá? O projeto torna-se crucial para convergir as energias e trabalhos que envolvem a instituição numa mesma direção e superando obstáculos.

Nesse sentido, observando o estudo do projeto e refletindo sobre a trajetória da Escola Estadual São Luiz Gonzaga e seu problema enfrentado ao longo do tempo, resultando na falta de um espaço físico, acredita-se que uma possível saída para esse problema pode ser a construção de um projeto que tenha como objetivo conseguir um prédio para a escola, que realmente seja seu e que assim ela não volte a vivenciar ou a história não volte a se repetir, ameaçando a sua existência.

Ao longo da história da instituição, o espaço físico tem sido um problema para que, por várias vezes, teve de mudar de lugar, correndo o risco de encerrar suas atividades definitivamente e desaparecer. Quanto a essa situação, Vasconcelos (2008) chama a atenção ao retratar que:

As coisas, por si, muito dificilmente se transformam na direção que desejamos. Por si, as coisas tendem a se reproduzir: há uma ‘engrenagem montada (que, provavelmente, corresponde a uma intencionalidade do passado): é como se ganhassem “vida própria.” (VASCONCELOS, 2008, P.28)

A ideia do autor é interessante porque se vincula com o que ocorre na escola em análise nessa pesquisa. O autor vê, na construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, a possibilidade de romper com esse ciclo, livrando as instituições de problemas que insistem em se repetir.

Quando se observa o passado da Escola São Luiz Gonzaga é possível perceber essa “engrenagem”, como afirma Vasconcellos (2008), na qual a escola parece ser encontrar. Quase cem anos após sua fundação, a escola não possui um espaço físico, tendo de mudar de lugar por várias vezes, correndo o risco de encerrar suas atividades e tornar-se apenas uma lembrança nos registros históricos.

Esses momentos de tensão ao longo da história dessa escola dificultou o seu trabalho em vários momentos, a insegurança presente, como nas mudanças de casa no início, se seria possível construir o prédio com poucos recursos, se encontraria um grupo interessado em assumir a escola ou se o estado manteria o convênio, além de sua migração para a rede estadual e, ainda no presente, a falta de um prédio, resultou em uma dura realidade, a falta de identidade para essa instituição.

Nesse sentido, acredita-se que a instituição precisa quebrar a engrenagem e caminhar de maneira mais sólida e tranquila, rompendo o ciclo que insiste em reproduzir o passado. Para isso, a comunidade da Escola São Luiz Gonzaga necessita pensar seu Projeto Político Pedagógico para encontrar o caminho. Se para os autores aqui estudados o projeto pode representar o DNA das instituições, é por meio dele que a escola pode mudar sua realidade. “Não estamos brincando de fazer textos “bonitos e ousados” (para serem apresentados à comunidade ou em revistas e congressos), estamos nos comprometendo com um difícil e exigente processo de mudança da realidade” (VASCONCELOS, 2008, p.30).

Nessa direção, é preciso compreender que a escola não pode permanecer tão vulnerável de tempos em tempos. Se na construção do projeto existe um momento para discussão dos problemas que a escola enfrenta, provavelmente, essa situação da Escola São Luiz Gonzaga necessita de discussão entre pais, alunos, professores e demais funcionários, no sentido de entender que essa realidade necessita de um olhar mais crítico e uma solução mais efetiva, que não seja a mera vontade política, é preciso encarar a realidade, inclusive como função do próprio

aprendizado escolar, “a escola é local de desenvolvimento da consciência crítica da realidade” (VEIGA, 2013, p. 21).

Sobre sua identidade, é importante pensar no fato recente de sua mudança. A opção encontrada para a escola não ser fechada e desaparecer foi a de mudar para um outro local. O espaço encontrado é diferente do que a escola estava, que era um lugar amplo, com grande estrutura física. A mudança exigiu a adequação a um prédio menor, que, num primeiro momento, não apresentava estrutura para abrigar tudo o que a escola possuía no espaço anterior, como laboratórios, espaço para educação física, secretaria, sala para professores, espaço de informática e cantina. Não é aqui intenção reclamar do espaço cedido, pois se não fosse ele, a escola teria sido extinta, mas é uma realidade totalmente diferente, que necessita de adaptação e que ainda não ocorreu, já que, um mês após o início das aulas em 2020, elas foram suspensas pela pandemia.

Nesse período, que as aulas estiveram suspensas, foi possível adequar alguns espaços, porém, outros ainda se encontram sem possibilidade de organização, com os materiais encaixotados, pois não há salas suficientes para serem montados, como laboratório de informática e de ciências. Como foi apenas um mês de aula aproximadamente no novo local, o trabalho ainda é uma incerteza.

Essas incertezas podem e devem ser sanadas por meio do trabalho de todos, reforçado em seu Projeto Político Pedagógico, mas o atual projeto, atua em outra direção, como questões disciplinares, reforço escolar para aqueles não alfabetizados, e outras questões administrativas distante da real realidade atual, uma vez que, mesmo sabendo de toda a importância que possui a sua construção, boa parte dele vem pronto da Secretaria Regional de Ensino, ficando pouco espaço para as escolas modificarem.

Por todas essas mudanças enfrentadas pela Escola São Luiz Gonzaga, paira no ar a dúvida, o que é essa instituição de ensino, qual a sua marca na sociedade eloíense, que estabelece raízes ao seu não fechamento?

Essa incerteza pode acentuar ainda mais a falta de identidade da escola, assim acredita-se num Projeto Político Pedagógico que procure trabalhar para resolver esse seu problema físico, encontrando um local que seja definitivo, esse pode ser um caminho que criará mais tranquilidade para a escola, descortinando sua identidade, “trata-se de um importante caminho para a construção da identidade da instituição” (VASCONCELOS, 2008, p.17), mas é válido ressaltar que será um caminho e não o resultado, como caminho, provavelmente surgirão outras situações inesperadas, que deverão ser pensadas por toda a equipe, devendo lembrar de que o projeto é um instrumento de luta, (VASCONCELOS, 2008), assim não deve-se desanimar, mas

ter a certeza de que com a união de todos e apoiados de maneira correta, metodologicamente, por meio de um projeto bem discutido, produzir dias melhores para a Escola Estadual São Luiz Gonzaga.

Sempre próximo do fim, mas encontrando força para se recriar, a escola conseguiu se manter ao longo do tempo, porém essa dúvida que paira do que é a Escola São Luiz Gonzaga, precisa chegar ao fim, a instituição não pode viver, de socorro gerado por manifestações pelas ruas de seus professores, alunos e pais. Nesse viés, acredita-se que, por meio de e um trabalho que traga união de toda a comunidade escolar, ela possa se recriar de forma que se torne referência por seu lugar e pelo seu ensino e crie uma atmosfera onde todos queiram frequentar aquela escola, não sofrendo risco de fechamento por falta de local ou por diminuição de alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização deste trabalho, foi possível perceber que a construção identitária da Escola Estadual São Luiz Gonzaga passou ao longo dos anos e ainda passa por processo de construção, marcado por lutas, constantes recomeços, que tem determinado momentos de instabilidade.

Ao analisar o histórico dessa escola, ficou nítido que, embora tradicional no município, não parece ter sido construído um projeto claro, assumida primeiramente, pelo poder público municipal, a escola passou por diversos espaços, até que se encontrasse um terreno para a construção do seu prédio. A construção desse espaço passou por dificuldades, não havendo dinheiro suficiente para sua finalização, após um tempo, foi possível arrecadar recursos com a comunidade, conseguindo construir um edifício, mas que não foi houve forma de mantê-lo em condições de funcionamento, tempos depois, devido à falta de manutenção.

Na tentativa de solucionar o problema da escola, sua administração foi entregue aos Padres Pavonianos. Logo após a sua chegada dos religiosos na cidade, deu-se início a construção de um novo prédio, mais amplo, que contou novamente com a ajuda dos munícipes, com festas e doações. Com o passar dos anos, a escola voltou a passar por dificuldades financeiras e os diretores da instituição conseguiram solucionar por meio de um convênio com a secretaria estadual de educação, que custeava parte das despesas, funcionando uma escola de ensino regular conveniado.

Passado um longo período, o convênio chegou ao fim e os Padres haviam optado pelo fechamento da escola, após várias reuniões decidiu-se que a rede estadual alugaria o prédio onde funcionava a escola para que ela não fosse fechada, passando sua administração para a Secretaria Estadual. Portanto, em sua trajetória, a escola tinha passado por diferentes ciclos, marcados por dependências administrativas variadas, municipal, convênio-particular e estadual, todas essas situações se originaram de momentos de tensão, reafirmando a falta de projeto para essa instituição de ensino.

Para aqueles que achavam que o problema havia sido resolvido, no final de 2019 a escola foi obrigada a sair do seu espaço, que havia construído com doações da comunidade, mas que a Secretaria Estadual pagava aluguel pelo uso. Ao atravessar problemas financeiros, a administração estadual realizou um programa de corte de gastos e não mais queria pagar aluguel para manter a escola funcionando.

Essa situação motivou a realização dessa pesquisa, pois fez perceber que a educação no Brasil não possui um projeto claro. Ao analisar a obra de Romanelli (1986), percebe-se que a evolução do sistema educacional é reflexo das instabilidades políticas vividas no Brasil.

A cada acontecimento político no Brasil, ao longo do século XX, que colocou na presidência uma nova força política, acabou resultando em uma nova constituição e assim alterando o cenário educacional. Como a autora (ROMANELLI, 1986) desenvolve em seu trabalho, tanto a organização econômica quanto a organização política interferem diretamente no sistema educacional. Como ao longo dos anos tivemos uma série de problemas tanto econômicos quanto políticos, esses resultaram em um sistema educacional precário, como mudanças repentinas a cada constituição elaborada, não possuindo um objetivo claro para nossa educação.

Dessa forma, ao analisar as mudanças ocorridas na legislação educacional e estabelecer uma comparação com os acontecimentos relacionados a escola estudada, observa-se que existem algumas aproximações, confirmando que os acontecimentos nacionais têm sim ligações com os educacionais locais. Assim, as inconsistências legislativas acabaram gerando as fragilidades locais, resultando em escolas que correm o risco de serem fechadas, na pesquisa foi constatado que não se tratará de um contexto específico da Escola São Luiz Gonzaga, mas que tem ocorrido em outras instituições de ensino pelo país.

Portanto, diante de situações que podem mudar a qualquer momento, as escolas precisam se fortalecer, para que as mudanças ocorridas no país não prejudiquem ou, até mesmo, encerrem o trabalho realizado por elas, como já vêm acontecendo.

Com um cenário tão adverso é necessário que as escolas procurem o fortalecimento, para que possam suportar as intempéries exteriores. Esse caminho de fortalecimento passa pela efetiva construção do projeto político pedagógico, por meio dele é possível planejar as ações das escolas.

De acordo com os autores Vasconcellos (2008) e Veiga (2013), por meio de um projeto político pedagógico bem elaborado, constituído de maneira fundamentalmente democrática, será possível fazer com que todos tenham os mesmos objetivos dentro de uma instituição, mesmo tendo tarefas diferentes, ou seja, fazer com que as diferentes forças possam convergir no mesmo sentido, alcançar os mesmos objetivos.

O projeto nasce da necessidade de mudança, assim é preciso escolher um caminho a ser seguido, o que não é fácil, assim a necessidade de ser feito de maneira coletiva e participativa, dando voz a todos que estão envolvidos no ambiente escolar.

Assim, voltando ao objeto gerador deste trabalho, a Escola São Luiz Gonzaga, diante de tantas adversidades vividas, essa escola não conseguiu ter um lugar próprio, o que, na atualidade, é fator gerador de grandes dúvidas, pois mesmo tendo conseguido um local, esse não é definitivo, já que é uma concessão do poder municipal, e embora tenha mudado, com a pandemia, ela funcionou por poucos dias no novo prédio, ficando dúvidas sobre será o trabalho no retorno das aulas.

Estudantes, docentes e funcionários terão que se adaptar a um novo ambiente que não abriga tudo que o espaço anterior da escola abrigava. Portanto, não será apenas a adaptação a um novo espaço, mas surgirá a necessidade de reconstruir relações nesse novo espaço. Cria-se, portanto, a necessidade de se repensar a Escola São Luiz Gonzaga.

É certo que muitas dificuldades serão encontradas, além daquelas que a escola sempre vivenciou por não ter um prédio que garantisse seu espaço de funcionamento. Dessa forma, é possível afirmar que a identidade de uma escola vai além do seu espaço físico, mas esse espaço é parte dela. Portanto, vislumbra-se na construção de um projeto político pedagógico bem pensado e estruturado, com a participação de todos na escola pode ser o elemento de sustentação dessa instituição.

Como foi visto ao longo de sua história frente a tantas dificuldades, a escola não conseguiu criar uma identidade. Assim, é necessário criar um projeto que tenha como objetivo criar e fortalecer a identidade da instituição, dando a ela o empoderamento necessário para enfrentar os desafios e assim não culminar um dia no seu fechamento.

O acordo firmado com a Prefeitura Municipal, para o uso do prédio, cede o espaço físico para a utilização por 20 anos. Parece, portanto, que discutir a construção do Projeto Político Pedagógico e colocar esta questão como centro de discussão ser essencial para alcançar uma solução definitiva para a escola.

As lições do passado demonstram que a mobilização da comunidade foi o recurso que sempre possibilitou a continuidade da escola São Luiz Gonzaga. Nesse viés, buscar na construção efetiva do seu Projeto Político Pedagógico pode ser o caminho para a garantia da estabilidade, fortalecendo a comunidade escolar em torno de um projeto comum de existência e de ensino, fazendo dele uma ferramenta de planejamento de ações que possam permitir que a Escola São Luiz Gonzaga continue não apenas existindo, mas cumprindo seu mandamento institucional de garantir com a devida qualidade o direito à educação pública, laica e gratuita.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, I. Processo histórico de elaboração da Constituição de 1988. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 23, n. 5440, 24 maio 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/64846>. Acesso em: 4 nov. 2020.
- BENEVIDES, M. V. M. Cidadania e democracia. **Lua Nova**, nº 33. São Paulo. Ago. 1994.
- BRAGA, Ana Carolina. O analfabetismo no Brasil: lições da história. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, v.21, n.1, p. 24-46, 2017.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 15 mar. 2021.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1988
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 12 mar. 2021.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm Acesso em: 15 mar. 2021.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.1961,
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 12 mar. 2021.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.1971
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 12 mar. 2021
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm Acesso em: 15 mar. 2021.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm Acesso em: 15 mar. 2021.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm Acesso em: 15 mar. 2021.
- CURY, C.R.J. A Educação Básica como Direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008.
Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134.pdf> Acesso em: 28 out. 2021
- DAVIES, N. O financiamento público às escolas privadas Versão modificada do artigo publicado originalmente em **Universidade e Sociedade** n. 27, jun. 2002.
- DOURADO, L. F. A qualidade na educação: perspectivas e desafios. **Cad. Cedes**, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009
- DUSSEL, I. Sobre a precariedade da escola. In: LARROSA, Jorge (Org.). **Elogio da Escola**. Belo Horizonte: Belo Horizonte, 2016. p.87 – 111.
- FERNANDES, T. W. P. Regime de Colaboração: o contexto histórico das ações e das práticas em Educação. **Educ. foco**, Juiz de Fora, v 17 n. 3, p. 153-176 nov 2012 / fev 2013
- FIGUEIREDO, F. C. **Elói Mendes ontem e hoje**. Elói Mendes, 2ed. 2015.
- FORTE, S. H. A. Evolução da legislação brasileira: um comparativo das LDB. **10ª Jornada Científica e Tecnológica e 7º Simpósio da Pós-Graduação do IFSULDEMINAS**, 2018.
- FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- FREIRE, P. **O processo de alfabetização política. 1974.**

- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ed. Rio de Janeiro:DP&A.2005
- HELIODORO, A. **JK exemplo e desafio**. Brasília: Thesoures Editora, 2005.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.
- MENEZES, E.T.; SANTOS, T. H. Verbete Escola Nova. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** – Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://www.educabrazil.com.br/escola-nova> . Acesso em: 29 fev. 2021.
- NAVES, R. Novas possibilidades para o exercício da cidadania. In: PINSKY, J., PINSKY, C. B. (Org). **História da Cidadania**. São Paulo, 2012, p. 545-565.
- OLIVEIRA, R. P. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Rev. Bras. Educ.** (28) • Abr 2005 <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000100002> Acesso em: 12 jan. 2021.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. Companhia das Letras, São Paulo, 2005.
- RIBEIRO, V. M. Que princípio de justiça para a educação básica? **Cadernos de Pesquisa**, v.44 n.154 p.1094-1109 out./dez. 2014 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/MpBXtXhbJ9gxMrZpyQFVGzy/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Fran%C3%A7ois%20Dubet%20prop%C3%B5e%20o%20princ%C3%ADpio,um%20quadro%20base%20de%20conhecimentos>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- RODRIGUES, A. A. Direito à educação uma construção histórica e política no Brasil. Disponível em: <https://mprogressista.jusbrasil.com.br/artigos/593072202/direito-a-educacao-uma-construcao-historica-e-politica-no-brasil> 2017. Acesso em: 20 jun. 2020.
- ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. Vozes 8 ed., Petrópolis, 1986.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão da Alice: o social e o político na pós modernidade** 11ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- SHIROMA.E.O.; CAMPOS, R.F; GARCIA, R.M.C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documento. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005. Disponível em: [file:///C:/Users/Paulo/Downloads/9769-Texto%20do%20Artigo-29123-1-10-20090311%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Paulo/Downloads/9769-Texto%20do%20Artigo-29123-1-10-20090311%20(1).pdf) Acesso em: 23 out. 2020.
- SILVA, H. **História do Brasil República**. Editora Três, São Paulo 2004
- VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 9ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2008.
- VEIGA, Ilma Passos. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. In: VEIGA. I. P. (org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 29ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.
- YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi, 2ed. Porto Alegre, Bookman, 2001.

ANEXO I

Proposta de Atividades para a Construção do Projeto Político Pedagógico

De acordo com o propósito do mestrado profissional em educação, a pesquisa deve resultar em um produto e, no contexto desta pesquisa, o que se propõe são algumas etapas para desenvolver, junto à comunidade escolar, atividades para a construção ou, em alguns casos, a revisão do Projeto Político Pedagógico.

Nesse caso, será proposta a equipe gestora da escola que a pesquisa teve como foco a realização de algumas etapas que visam sensibilizar a comunidade escolar para a elaboração do Projeto Político Pedagógico e que um dos problemas centrais da instituição em questão seja objeto de discussão e busca de soluções para que a instituição estabeleça um plano de ação para assegurar a busca de um edifício próprio e solucionar a ameaça que sempre pairou de ver suas atividades encerradas pela ausência de um espaço físico próprio.

Porém, entende-se que o Projeto Político Pedagógico não se resume a ter um espaço físico. Faz necessário que a instituição tenha um projeto de formação, de ensino, voltado para sua comunidade, numa perspectiva democrática e participativa, que promova o sentimento de pertencimento de todos à instituição e que leve ao estabelecimento de um plano para alcançar um prédio próprio, que atenda ao projeto de ensino pensado de forma coletiva.

Convencer a comunidade interna e externa, além das autoridades municipais e estaduais dessa necessidade passa pela construção de Projeto Político Pedagógico que vislumbre uma nova diferenciada, que seja inclusiva, com uma proposta de ensino inovadora e que tenha uma perspectiva de aprendizagem colaborativa, articulada com a formação para a cidadania e num edifício novo e sustentável do ponto de vista ambiental. Portanto, não é simplesmente propor um projeto de construção de um prédio, mas propor a construção de Projeto Político Pedagógico contemporâneo, voltado para a formação dos estudantes em concepções inovadoras, num espaço também inovador e sustentável.

O processo para tanto se desenvolverá em cinco etapas, descritas a seguir.

Etapas I – sensibilização e apropriação teórica acerca da construção do Projeto Político Pedagógico.

Objetivos:

- Compreender os aspectos teóricos sobre o Projeto Político Pedagógico;
- Identificar as principais características do Projeto Político Pedagógico.

A **primeira atividade** consistirá em assistir alguns vídeos nos quais alguns especialistas abordam a temática do Projeto Político Pedagógico.

Vídeo 1- Projeto Político-Pedagógico: vídeo da UNIVESP que aborda os aspectos teóricos do Projeto Político Pedagógico. A videoaula conta com a participação dos professores da USP, Vitor Paro e Lisete Arelaro, e Pedro Ganzeli, da Unicamp.

Link para acessar o vídeo 1: <https://www.youtube.com/watch?v=PxoYx6ciqYA>

Vídeo 2 - Programa Nós da Educação, com Ilma Passos Veiga, abordando a concepção de Projeto Político Pedagógico na visão da autora. O programa está dividido em três partes e, neste momento, assistiremos a primeira parte do programa.

Link para acessar o vídeo 2: https://www.youtube.com/watch?v=k_I6M3lW6ss

Vídeo 3 - Projeto Político Pedagógico – fazendo escola: programa da TV Escola em que se discute o Projeto Político Pedagógico, com foco nos seus conceitos e significados. O foco do programa está em escolas de ensino médio, porém, a concepção de Projeto Político Pedagógico é o foco, lembrando que a escola pesquisada possui ensino fundamental II, que se aproxima da organização e das práticas de ensino das escolas de ensino médio.

Link para acessar o vídeo 3: <https://www.youtube.com/watch?v=9uciP95eaPA>

A **segunda atividade** será participar de discussões em grupos a partir do que foi apresentado nos vídeos.

Etapa II – Fundamentos teóricos para a construção do Projeto Político Pedagógico

Objetivos:

- Compreender os aspectos teóricos sobre o Projeto Político Pedagógico;
- Identificar as principais características do Projeto Político Pedagógico.

Nesta etapa do curso serão realizadas três atividades.

A **primeira atividade** consistirá na leitura de partes dos dois textos indicados a seguir:

- VEIGA, Ilma Passos. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. (org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 29ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2013. (leitura da página 11 a 22);
- VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 9ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2008. Cap.1: Projeto Político- Pedagógico: considerações sobre sua elaboração e concretização. (leitura da página 15 a 36).

A **segunda atividade** consiste em assistir parte II do Programa Nós da Educação, com Ilma Passos Veiga, sobre o Projeto Político Pedagógico, no qual a autora retoma os objetivos do PPP da escola, seu caráter transformador e reafirma a importância da participação dos estudantes. Também assinala os aspectos normativos que fundamentam o projeto político pedagógico, da gestão democrática e da autonomia da escola.

Link para acessar a parte II do vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=i21q2PUY0ew>

A **terceira atividade** consiste na elaboração coletiva de uma síntese que responda a seguinte questão: quais os pressupostos teóricos que fundamentam a elaboração do Projeto Político Pedagógico e qual a importância de envolver toda a comunidade na elaboração do projeto político pedagógico?

Etapa III – Iniciando a construção do Projeto Político Pedagógico

Objetivos:

- Compreender e consolidar os aportes teóricos sobre as etapas de realização do projeto político pedagógico;
- Dar início à organização de roteiro para elaboração do projeto político pedagógico da escola.

Nesta etapa realizaremos as seguintes atividades.

A **primeira atividade** consistirá na leitura de partes dos dois textos iniciados na etapa II e que agora serão concluídos. São eles:

- VEIGA, Ilma Passos. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. (org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 29ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2013. (Leitura da página 22 a 35);
- VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 9ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2008. Cap.1: Projeto Político Pedagógico: considerações sobre sua elaboração e concretização. (Leitura da página 36 a 47).

A **segunda atividade** consiste em assistir o vídeo: Programa Fazendo Escola – o Projeto Político Pedagógico passo a passo, com Dalila Oliveira, docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais; Ângela Maria dos Santos Silva, diretora de uma escola estadual, em Cruzeta, no Rio Grande do Norte; e Carmem Moreira de Castro Neves, diretora

do departamento de produção e divulgação de programas educativos do MEC. O programa apresenta e debate diferentes etapas de realização do Projeto Político Pedagógico.

Link para acessar o vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=cp9XvHAOLaQ>

A **terceira atividade** consiste na leitura e no debate do documento atual que registra o Projeto Político Pedagógico da escola. Os resultados da realização da leitura e do debate deverão ser registrados em um quadro síntese e discutido coletivamente por todos os envolvidos, procurando identificar aspectos que prevejam ser revistos, reformulados ou que não condizem com a atual realidade vivenciada pela escola.

Etapa IV – Elaborando o plano para a construção do Projeto Político Pedagógico

Objetivos:

- Discutir e iniciar o processo de elaboração/revisão do projeto político-pedagógico da instituição;
- Acordar o plano de ação para a elaboração/revisão do projeto político pedagógico.
- Refletir sobre a avaliação institucional e a revisão periódica do projeto político pedagógico.

Nesta etapa serão realizadas as seguintes atividades:

Leitura da parte final do texto de Celso Vasconcellos, pois já foi concluída durante a etapa III, a leitura do texto da Ilma Passos Veiga:

- VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 9ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2008. Cap.1: Projeto Político- Pedagógico: considerações sobre sua elaboração e concretização. (Para esta etapa IV solicita-se a leitura do item VI – Concretização do Projeto e Avaliação Institucional, p. 46-49)

A **segunda atividade** consiste em assistir o vídeo da entrevista com o diretor da EMEF Presidente Campos Salles, Braz Rodrigues Nogueira, que conta sua experiência frente à direção da instituição e como; ao longo do tempo; foi-se construindo o Projeto Político Pedagógico da escola, seus fundamentos e sua implementação.

Link para assistir a entrevista com Braz Rodrigues Nogueira: <https://www.youtube.com/watch?v=xkdtqeSX6VU>

A **terceira atividade** tem como objetivo dar subsídio e continuidade à discussão sobre a questão da autonomia da escola, questão fundamental na elaboração do Projeto Político Pedagógico.

Para tanto, o grupo deverá assistir um vídeo que aborda os “Princípios Gerais de Administração Escolar: autonomia na administração escolar” do curso de Pedagogia da UNIVESP

No vídeo são entrevistados três diretores de escolas municipais da cidade de São Paulo que dão seus depoimentos sobre a questão da autonomia. São eles: Ana Elisa Siqueira, da EMEF Desembargador Amorim Lima, Antônio de Paula Filho (Tico), da EMEF Ernani Silva Bruno, e Braz Rodrigues Nogueira, da EMEF Campos Salles.

Link para assistir o vídeo:

https://tvcultura.com.br/videos/35829_d-26-principios-gerais-de-administracao-escolar-autonomia-na-administracao-escolar.html

Após assistir o vídeo com o depoimento dos três diretores, reflita sobre o que foi apresentado pensando no contexto da instituição explorando a questão: por que a autonomia é importante na construção do Projeto Político Pedagógico e quais são as contribuições que os relatos dos vídeos trazem para pensarmos a realidade da Escola Estadual São Luiz Gonzaga?